

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO  
MESTRADO EM FILOSOFIA

REGINA LUCIA DE CARVALHO NERY

OS DOIS MOMENTOS DA *AUFKLÄRUNG* EM KANT

BELÉM-PARÁ

2016

REGINA LUCIA DE CARVALHO NERY

OS DOIS MOMENTOS DA *AUFKLÄRUNG* EM KANT

Dissertação apresentada à Universidade Federal do Pará, como requisito para a obtenção do grau de Mestre em Filosofia. Área de Concentração: História da Filosofia. Linha de Pesquisa: História da Filosofia Moderna. Orientador: Prof. Dr. Agostinho de Freitas Meirelles.

BELÉM-PARÁ

2016

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)  
Sistema de Bibliotecas da UFPA

---

Nery, Regina Lúcia de Carvalho, 1958-

Os dois momentos da aufklärung em Kant / Regina Lúcia de  
Carvalho Nery. - 2016.

Orientador: Agostinho de Freitas  
Meirelles;

Coorientador: Pedro Paulo da Costa Coroa. Dissertação  
(Mestrado) - Universidade  
Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências  
Humanas, Programa de Pós-Graduação em Filosofia,  
Belém, 2016.

1. Kant, Immanuel, 1724-1804-crítica e interpretação. 2.  
Filosofia alemã. I. Título.

CDD 22. ed. 142.3

---

REGINA LUCIA DE CARVALHO NERY

## OS DOIS MOMENTOS DA *AUFKLÄRUNG* EM KANT

Dissertação apresentada à Universidade Federal do Pará, como requisito para a obtenção do grau de Mestre em Filosofia. Área de Concentração: História da Filosofia. Linha de Pesquisa: História da Filosofia Moderna. Orientador: Prof. Dr. Agostinho de Freitas Meirelles.

Local: Universidade Federal do Pará

Data: \_\_\_ de agosto de 2016

Média: \_\_\_\_\_

Banca Examinadora:

\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. Agostinho de F. Meirelles (UFPA) - Orientador - Presidente

\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. Pedro Paulo da Costa Coroa (UFPA) - Examinador

\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. Manoel Moraes (UEPA) - Examinador

\_\_\_\_\_  
Profa. Dra. Elizabeth Dias (UFPA) - Examinador Suplente

BELÉM-PARÁ

2016

## DEDICATÓRIA

Aos meus pais Lourdes Guerreiro de Carvalho e Eluzio Pessôa de Carvalho (*in memoriam*) pelo esforço de uma vida para que tivéssemos acesso à formação superior;

Aos meus irmãos, Ana, Rosa (*in memoriam*), Eluzio, Maria, Margarida, Tereza, Rosana e João, pela vitória nessa caminhada;

Aos meus professores do curso de filosofia da UFPA, pelo despertar de minha consciência e pelo florescimento de meu amor pela filosofia;

Ao meu marido Lucílio, pelo incentivo constante;

Aos meus filhos, Fernanda, Khalil e Rebeca, como exemplo de que é possível vencer obstáculos, enfrentar desafios e realizar sonhos;

## AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador, prof. Dr. Agostinho de Freitas Meirelles, pela orientação e pela liberdade de produção;

Ao prof. Dr. Pedro Paulo da Costa Coroa, pela acolhida dessa ideia e pelo apoio em seu desenvolvimento;

À profa. Dra. Elizabeth Dias, pelas preciosas observações que levaram à melhoria desse trabalho;

Ao prof. Dr. Manoel Moraes, pela disposição em participar da banca de defesa dessa dissertação;

À profa. Dra. Jovelina Ramos, coordenadora do PPGFIL, pelo apoio e orientação durante o mestrado;

Aos professores Drs. Ernani Chaves e Eduardo Ramos, pelos ensinamentos em suas disciplinas;

À profa. Dra. Ivanilde Apoluceno de Oliveira, pelas contribuições com a revisão textual;

Ao meu marido Lucílio Otávio Nery da Costa, pelo incentivo e apoio a esse trabalho;

Ao meu irmão João Elysio Guerreiro de Carvalho pela paciente revisão ortográfica.

Tem coragem de fazer uso de teu próprio entendimento, tal é o lema do esclarecimento  
*Sapere aude!*  
[ *Aufklärung* ]

Immanuel Kant

## RESUMO

Esta dissertação de mestrado tem por objetivo apresentar o que é o Esclarecimento (*Aufklärung*) para Kant, como ele o concebe ao distingui-lo em teórico (intelectual) e prático (moral) e como produz a unidade desses dois momentos da *Aufklärung*. Para tanto, fundamenta-se no opúsculo Resposta à pergunta: Que é “Esclarecimento? Nas Críticas e em outras obras que tratam do tema, bem como em alguns de seus intérpretes: Ernest Cassirer, Michael Foucault e Rubens Rodrigues Torres Filho, apresentando a dissertação em três capítulos: no primeiro, o conceito moderno de esclarecimento em Kant, abordando, em linhas gerais, o contexto moderno e as influências que Kant recebeu desse contexto, do Iluminismo inglês, de Newton e Hume e do Iluminismo francês, de Rousseau, reconhecidas por Kant como decisivas na direção de seu pensamento e de sua compreensão do Esclarecimento (*Aufklärung*); no segundo, a concepção de Esclarecimento (*Aufklärung*) em teórico, nas obras Crítica da Razão Pura, Prolegômenos e Os Progressos da Metafísica, e, prático, na Crítica da Razão Prática e Fundamentação da Metafísica dos Costumes; e, no terceiro, a unidade desses dois momentos da *Aufklärung* em Kant.

**Palavras-chave:** Kant. *Aufklärung*. Esclarecimento Teórico (intelectual). Esclarecimento Prático (moral).



## ABSTRACT

This dissertation aims to present what the Enlightenment (Aufklärung) to Kant, as he conceives it to distinguish it in theoretical (intellectual) and practical (moral) and how produces the unity of these two moments of the Aufklärung. Therefore, it is based on the booklet answer the question: What is "enlightenment? In reviews and other works that deal with the subject, as well as some of his interpreters: Ernest Cassirer, Michael Foucault and Rubens Rodrigues Torres Filho, presenting the thesis into three chapters: the first, the modern concept of enlightenment in Kant, addressing in general, the modern context and influences that Kant received this context, the English Enlightenment, Newton and Hume and the French Enlightenment, Rousseau recognized by Kant as decisive in the direction of his thinking and his understanding of the Enlightenment (Aufklärung ); in the second, the concept of Enlightenment (Aufklärung) in theory, the works Critique of Pure Reason, Prolegomena and The Progress of Metaphysics, and practical, in the Critique of Practical Reason and the Metaphysics of Customs Grounds; and, third, the unity of these two moments of the Aufklärung in Kant.

**Keywords:** Kant. Aufklärung. Theoretical clarification (intellectual). Clarification practical (moral).

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>10</b>
<b>CAPÍTULO 1- KANT E O CONCEITO MODERNO DE ESCLARECIMENTO</b>	<b>13</b>
<b>1.1 O Contexto Moderno</b>	<b>13</b>
<b>1.2 O Iluminismo Inglês- Newton e Hume</b>	<b>16</b>
<b>1.3 O Iluminismo Francês – Rousseau</b>	<b>22</b>
<b>1.4 O Iluminismo Alemão – Kant</b>	<b>24</b>
<b>1.5 Kant e o Esclarecimento</b>	<b>27</b>
<b>CAPÍTULO 2- O ESCLARECIMENTO EM KANT</b>	<b>37</b>
<b>2.1 O Teórico</b>	<b>37</b>
<b>2.2 O Prático</b>	<b>41</b>
<b>CAPÍTULO 3- A UNIDADE DOS DOIS MOMENTOS DA <i>ALFKLÄRUNG</i> EM KANT</b>	<b>49</b>
<b>CONCLUSÃO</b>	<b>54</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b>	<b>56</b>

## INTRODUÇÃO

Esta dissertação de mestrado tem por objetivo demonstrar o que é o Esclarecimento (*Aufklärung*) para Kant, como ele o concebe ao efetuar sua distinção em teórico (intelectual) e prático (moral) e como produz a unidade desses dois momentos da *Aufklärung*. Para tanto, fundamenta-se nas obras de Kant que tratam do Esclarecimento e de alguns representantes clássicos do pensamento moderno, como Newton, Hume e Rousseau - formadores do contexto histórico e filosófico em que emerge o Esclarecimento e com reconhecida influência sobre Kant, além de alguns de seus principais interpretes: Cassirer, Foucault e Torres Filho –que tratam desse movimento intelectual do século XVIII no sistema do pensamento de Kant, como a maior expressão da *Aufklärung*.

Este trabalho parte da ideia de que a *Aufklärung* ou o Esclarecimento em Kant constitui dois momentos distintos em seu sistema de pensamento: o esclarecimento intelectual e o esclarecimento moral, e de que essas duas formas de esclarecimento se completam e constituem uma unidade teórico-prática que é formada pelas duas primeiras críticas kantianas: a crítica da razão pura e a crítica da razão prática.

Essa ideia se formou a partir da elucidação que Kant faz em seu opúsculo Resposta à pergunta: Que é “Esclarecimento? (*Aufklärung*)”, da maioridade no homem, que ele apresenta em dois momentos: 1. Exortando à “decisão e coragem de servir-se de si mesmo sem a direção de outrem, *Sapere aude!!*” (Ousar saber), o que exige “fazer uso de teu próprio entendimento”, e isso, como ele diz, “é o lema do esclarecimento [*Aufklärung*]; e, 2. Ressaltando a condição para o exercício maduro do entendimento, afinal: “Para este esclarecimento, porém, nada mais se exige senão liberdade. E a mais inofensiva entre tudo aquilo que se possa chamar liberdade, a saber: a de fazer um uso público de sua razão em todas as questões”. (KANT, 1974, p. 104).

Esses momentos precisam ser compreendidos corretamente como condição para o entendimento da *Aufklärung* em Kant, pois, ao contrário do que possa parecer, o esclarecimento teórico não implica, necessariamente, no esclarecimento moral.

Assim, a questão da *Aufklärung* em Kant, como mostra sua intenção ao escrever sobre o assunto, se expressa em dois momentos distintos: Se for feita então a pergunta: vivemos agora em uma época esclarecida (*aufgeklärten*)? A resposta será não, vivemos em uma época de esclarecimento (*Aufklärung*)”. (KANT, 1974, p. 112).

Por essa razão, é preciso definir da forma mais precisa que permitem os textos de Kant e de seus interpretes, o que é o “Esclarecimento” para Kant e como ele o concebe em teórico e moral e como produz a unidade desses dois momentos.

Inicialmente, Kant concebeu o Esclarecimento (*Aufklärung*), em seu aspecto teórico, pela necessidade de combater a superstição e a ignorância, associando esse movimento intelectual, antes de tudo, à ciência.

Essa associação é encontrada na origem no projeto filosófico de Francis Bacon, como mostram Adorno e Horkheimer, na *Dialética do Esclarecimento*: “O programa do esclarecimento era o desencantamento do mundo. Sua meta era dissolver os mitos e substituir a imaginação pelo saber. Bacon, “o pai da filosofia experimental”, já reunira seus diferentes temas”. (ADORNO, T. & HORKHEIMER, 1985, p. 5)

Não obstante, o Esclarecimento não se restringe à questão teórica, pois, na *Aufklärung*, a questão teórica é acrescida da questão prática e ambas estão relacionadas, mas não são a mesma coisa. Por isso, é necessário compreender em que consiste o esclarecimento teórico e o prático na concepção de *Aufklärung*, fundamental para o seu sistema de pensamento de Kant.

Kant foi o filósofo do esclarecimento, da *Aufklärung*, e, como tal, confiava no poder da razão humana para retirar o homem de sua menoridade intelectual e moral.

Ser menor intelectualmente significa não pensar por si mesmo, o que, para Kant, significa viver na total heteronomia, tanto intelectual quanto moral. No primeiro caso, isso ocorre em função da falta do uso autônomo do pensamento, no segundo, à fraca disposição para fazer escolhas e deliberar com independência sobre nossas ações, exercitando a liberdade.

Assim, Kant expressa a menoridade moral pela falta de vontade, medo, preguiça ou covardia de exercitar a capacidade de pensar livremente, sem tutelas, de escolher por si mesmo, fazendo uso público da razão. Ele afirma: “o uso público de sua razão deve ser sempre livre e só ele pode realizar o esclarecimento [*Aufklärung*] entre os homens”. (Kant, 1974, p. 104). Por isso, Kant explica que ainda não vivemos em uma época esclarecida, mas, “... vivemos em uma época de esclarecimento [*Aufklärung*]. (KANT, 1974, p. 112).

Se a *Aufklärung*, o esclarecimento, é um processo de emancipação intelectual e moral, o fato é que não há uma relação automática entre uma coisa e outra, afinal, diferente do que pensavam muitos de seus contemporâneos, Kant não crê que o simples desenvolvimento do

intelecto e da ciência produza o aperfeiçoamento moral dos homens. Isso nos exige uma investigação especial, mostrando o lugar particular ocupado por Kant a partir de sua concepção do Esclarecimento no período histórico moderno.

Este trabalho se organiza em três capítulos. O primeiro trata do conceito moderno de esclarecimento em Kant, abordando, em linhas gerais, o contexto moderno e as influências que Kant recebeu desse contexto, do Iluminismo inglês, de Newton e Hume e do Iluminismo francês, de Rousseau, reconhecidas por ele como decisivas na direção de seu pensamento e de sua compreensão do Esclarecimento, que ele expressa em seu opúsculo Resposta à pergunta: Que é “Esclarecimento?” (*Aufklärung*). O segundo capítulo trata da concepção e distinção do Esclarecimento em teórico, nas obras Crítica da Razão Pura, Prolegômenos e Os Progressos da Metafísica, e, prático, na Crítica da Razão Prática e Fundamentação da Metafísica dos Costumes. O terceiro capítulo trata da unidade desses dois momentos do Esclarecimento em Kant, no conjunto de sua obra.

## CAPÍTULO 1 – KANT E O CONCEITO MODERNO DE ESCLARECIMENTO

### 1.1 O Contexto Moderno

Kant viveu (1724-1804) no Século XVIII, o Século das Luzes, produzido pela busca de esclarecer, de ilustrar, que afetou todos os aspectos da vida humana e da reflexão filosófica. A Ilustração ou Iluminismo foi o otimismo no poder da razão em reorganizar a sociedade em bases puramente racionais, que nasceu na Inglaterra e se estendeu para a França e para a Alemanha, atingindo toda a Europa. Herdeira do Racionalismo do século XVII e dos avanços da ciência da Natureza, a Ilustração vê no conhecimento e no domínio da Natureza a tarefa fundamental do homem. Com uma visão crítica da História, não como necessária para a evolução da humanidade, mas como um conjunto de erros cometidos pelas insuficiências da razão, a Ilustração vê na razão a capacidade que a humanidade tem de tomar consciência de si mesma, avaliando seus erros e acertos. Por isso, os filósofos iluministas atribuem à razão o papel preponderante de esclarecer, de ilustrar, em todas as esferas da atividade humana: social, política, científica, filosófica, moral e religiosa<sup>1</sup>.

Essa nova perspectiva do homem no século XVIII - de esclarecer, de ilustrar, de se emancipar pelo uso da razão - se consolida como o modo de ser do homem moderno fundado no uso criterioso da razão, como único meio capaz de tirar o homem de sua minoridade, de sua ignorância, tornando-o capaz de exercer sua condição de ser racional de modo livre e autônomo, libertando-o dos abusos do poder. Assim, a razão passa a ser o centro gravitacional da modernidade, rompendo com a herança teocêntrica deixada pela idade média que o subjugava, conduzindo-o ao comando de si mesmo no exercício livre e autônomo de sua racionalidade.

O século XVIII tornou-se, assim, o “Século das Luzes”, da Ilustração, do Esclarecimento, designado como Iluminismo, significando a confiança no poder da razão de reorganizar o mundo humano à luz dos ideais de racionalidade e liberdade, que se tornaram os ideais da modernidade.

Em seu desenvolvimento, a modernidade produziu as tendências filosóficas do racionalismo, que deposita na razão a fonte do conhecimento e teve em Descartes seu principal representante, e do empirismo, que não admite outra realidade além da que podemos acessar pela experiência sensível e teve em Locke, Newton e Hume seus maiores expoentes.

---

<sup>1</sup> Mora, J. F. Dicionário de Filosofia. Lisboa. Dom Quixote. 1982, p. 196

Contudo, foi com o criticismo kantiano que a modernidade filosófica foi inaugurada. Kant foi um autêntico filho da ilustração e encarnou como ninguém o espírito de sua época. Para Kant, a razão se tornou eminentemente crítica, analítica e a crença em seu poder tomou conta de seu pensamento. Esse otimismo no poder da razão é expresso por Kant ao se referir a sua época:

Nossa época é por excelência uma época de crítica à qual tudo deve submeter-se. De ordinário, a religião, por sua santidade, e a legislação, por sua majestade, querem subtrair-se a ela. Mas neste caso provocam contra si uma justa suspeição e não podem fazer jus a uma reverência sincera, reverência esta que a razão atribui exclusivamente àquilo que pode sustentar-lhe o exame crítico e público. (KANT, 1974, pg. 14).

Kant investigou a razão e seus diferentes usos como condição do homem no mundo. Sua máxima “*Sapere aude*” – ousar pensar, representa sua compreensão de que é por meio da razão que o homem se emancipa, tornando-se autônomo. Kant afirmou a autonomia da razão em todos os domínios, procedendo a um exame criterioso sobre as verdades estabelecidas, buscando conhecer, esclarecer e eliminar toda forma de superstição e ignorância, dedicando sua vida ao seu projeto crítico, constituído, fundamentalmente, pela crítica da própria razão, como ele afirma em sua primeira crítica, a Crítica da Razão Pura:

Evidentemente, ela é efeito, não da leviandade, mas da força de juízo (*Urteilskraft*) da época, que já não deixa entreter-se com um saber aparente; e é um apelo à razão para atacar de novo a mais dificultosa de todas as suas incumbências, isto é, a do conhecimento de si mesma, e para instituir um tribunal capaz de assegurar suas reivindicações justas, mas também de repelir todas as pretensões infundadas, não com decisões arbitrárias, mas de acordo com suas leis eternas e imutáveis; e esse tribunal outro não é senão a própria Crítica da Razão Pura. (KANT, 1974, pg. 14)

A Crítica da Razão operada por Kant constitui uma trilogia composta pela Crítica da Razão Pura Teórica (1781 e 1787-2ª edição), pela Crítica da Razão Pura Prática (1788) e pela Crítica do Juízo (1790), por meio das quais Kant superou as concepções racionalista e empirista de sua época, produzindo o criticismo ao investigar as condições sob as quais as luzes seriam possíveis.

Com a análise dos fundamentos do conhecimento a Crítica da Razão Pura assume a tarefa de uma crítica ao mau uso que fazemos da nossa faculdade de conhecer talhada à medida dos fenômenos. Kant substitui o conceito substancial da razão da tradição metafísica pelo conceito de uma razão cindida nos seus momentos e cuja unidade não é mais do que formal. Ele separa a faculdade da razão prática e a faculdade de julgar do conhecimento teórico e assenta cada uma delas nos seus fundamentos próprios. Ao fundar a possibilidade de conhecimento objetivo, de discernimento moral e de valorização estética, a razão crítica não apenas assegura as suas próprias faculdades subjetivas nem apenas torna transparente a arquitetura da razão, mas desempenha

também o papel de um juiz supremo mesmo perante a cultura no seu todo. (HABERMAS, 2002, p. 29)

Essa foi a grande missão do século XVIII, a de ilustrar, de esclarecer, de pôr luz em todos os processos por meio de uma razão que se emancipou de todas as formas de obscurantismo e tomou como tarefa fundamental do homem o Esclarecimento da humanidade.

Ao tratar do Esclarecimento, Cassirer destaca a dificuldade de abordá-lo em função de sua heterogeneidade. Primeiro porque é um movimento que se enraíza em vários países que, por sua vez, tem uma tradição intelectual diferenciada. A Inglaterra, por exemplo, que era a terra do maior inspirador do movimento, John Locke (1632-1704), tem uma tradição empirista historicamente consolidada, enquanto a França, de Descartes (1596 -1650), é marcadamente racionalista, e a Alemanha, de Kant (1724-1804), notoriamente criticista, cada uma dando um rumo próprio à história de seu pensamento. Além disso, como se sabe, cada filósofo costuma desenvolver sua obra de um jeito próprio, mesmo que pertença a uma mesma linha geral de pensamento. Por isso, Cassirer (1994, p. 12-13) afirma que: “A totalidade desse movimento incansavelmente flutuante, em permanente fluxo, não poderia reduzir-se a uma simples soma de opiniões”. Nesse sentido, busca-se a unidade e a diversidade desse movimento tão importante para a história da humanidade.

Assim, o que liga todas as formas de Esclarecimento é sua unidade racional, pois a razão passa a ser o centro gravitacional da modernidade e, junto com a ciência, se torna a faculdade suprema do homem, responsável pelo progresso intelectual e moral da humanidade. Exercida em vários domínios, a razão é múltipla e una ao mesmo tempo, como afirma Cassirer:

Todas as energias do espírito permanecem ligadas a um centro motor comum. A diversidade, a variedade das formas, é tão somente o desenvolvimento e o desdobramento de uma força criadora única, de natureza homogênea. Quando o século XVIII quer designar essa força, sintetizar numa palavra a sua natureza, recorre ao nome de "razão". A "razão" é o ponto de encontro e o centro de expansão do século, a expressão de todos os seus desejos, de todos os seus esforços, de seu querer e de suas realizações. (CASSIRER, 1994, pg. 22)

Sendo ao mesmo tempo a base e a grande questão da modernidade, a razão opera sobre si mesma um exame crítico que se manifesta de diferentes modos, num contexto marcado por características comuns, como a ascensão da burguesia, a luta contra o absolutismo, contra a intolerância religiosa, contra os privilégios da nobreza e do clero e a defesa da liberdade e do direito ao esclarecimento.



Em sua trajetória, o Iluminismo ganhou feições distintas, de acordo com o contexto de cada país onde se desenvolveu. E o que se pretende aqui é mostrar como esse movimento influenciou o pensamento de Kant, contribuindo para a constituição da *Aufklärung*, expressão alemã do Iluminismo.

Como iluminista, Kant sofreu as influências de seu tempo e confiou no poder da razão como forma de combater todo tipo de obscurantismo, preconceito e abuso de poder. Mas sua crença no poder da razão metafísica foi abalada pelo pensamento iluminista de sua época, principalmente pela física de Newton, pelo empirismo de Hume e pela moral de Rousseau. Nesse sentido, destacam-se, no contexto do Iluminismo, as influências de Newton, Hume e Rousseau sobre Kant, por determinarem seu entendimento da *Aufklärung*.

## **1.2 O Iluminismo Inglês – Newton e Hume**

Na Inglaterra, onde nasceu, o Iluminismo teve um caráter empirista e epistemológico, centrado no estudo das ciências da natureza e na reflexão sobre as condições do conhecimento, em um ambiente social estabilizado, pois a questão religiosa já havia sido resolvida com a Revolução Gloriosa (1688 e 1689), que afastou a Igreja Católica do poder, suprimindo o absolutismo, gerando uma atmosfera de liberdade e tolerância que favoreceu o florescimento do livre pensamento.

O Iluminismo Inglês triunfou com Isaac Newton (1642-1726), um dos maiores gênios da história universal. Em 1687, Newton publicou sua obra *Princípios Matemáticos da Filosofia Natural*, que foi “a primeira grande exposição e a mais completa sistematização da física moderna” (NEWTON, 1983, IX) e uma das mais influentes na história da ciência. Nela, Newton descreve a lei da gravitação universal e as suas três leis – da inércia, do movimento e da ação e reação dos corpos - que fundamentaram a mecânica clássica e a ciência moderna, “sintetizando a mecânica de Galileu e a astronomia de Kepler, estabelecendo os princípios e a metodologia da pesquisa científica nas ciências da natureza”. (NEWTON, 1983, IX). O método estabelecido por Newton “consiste em investigar mediante experiências seguras e com a ajuda da geometria, as regras a partir das quais se produzem certos fenômenos da natureza”. (KANT, 1983, p. 141).

As descobertas de Newton revolucionaram a ciência moderna ao mostrarem que os seres e as coisas estão submetidos a certas leis que organizam o universo e que podem ser conhecidas e demonstradas matematicamente por meio da razão. Com suas descobertas, Newton despertou

a Ilustração, influenciando filósofos por toda a Europa a buscarem as regularidades no mundo humano e social.

A concepção mecanicista da natureza, estabelecida por Newton, rompeu com o sistema metafísico, fazendo uma síntese entre “...as duas grandes correntes metodológicas da ciência moderna – a matematização e a experiência -, unindo e superando o empirismo de Francis Bacon (1561-1626) e o racionalismo de Descartes (1596-1650)”, estabelecendo o paradigma mecanicista como modelo da ciência moderna. (NEWTON, 1983, VII).

Com Newton, a razão iluminista abandona o Discurso do Método de Descartes e se apoia nos Princípios Matemáticos da Filosofia Natural, como a nova forma de pensar e conhecer, pois, ao contrário dos sistemas metafísicos, Newton parte dos fenômenos como o dado, para descobrir os princípios, sem opor experiência e pensamento ou estabelecer um conflito entre as relações de ideias e a matéria dos fatos.

O modelo newtoniano atrai a razão iluminista por mostrar que os fatos “não são um material simples, uma incoerente massa de detalhes, mas que se pode demonstrar, nos fatos e pelos fatos, a existência de uma forma que os penetra e os une” e que é matematicamente determinada. (CASSIRER, 1994, p. 25).

Esse novo modelo ou método da física newtoniana vai se tornar o modelo de pensamento do século XVIII, o espírito sistemático da modernidade, pois a sistematização operada por Newton, “num conjunto de proposições necessárias e universais”, apresentadas em seu “estudo do movimento dos corpos e na astronomia”, indica “o caminho a ser seguido por todos que pretendessem conhecer os fenômenos naturais” (KANT, 1983, VIII) e inspira os filósofos a pensarem o universo humano de modo seguro, buscando suas leis necessárias e universais.

Nesse contexto, Kant se insere no debate entre física e metafísica, reconhecendo que a metafísica não possui um fundamento seguro como a matemática e, por isso, não pode ser reconhecida como ciência.

Kant é influenciado pelo modelo do uso correto e legítimo da razão - estabelecido por Newton com as leis da dinâmica e da teoria da gravitação universal no final do século XVII – que fascinou os iluministas e se tornou o modelo de razão do século XVIII.

A partir da Filosofia Natural de Newton, Kant buscou um novo caminho para a metafísica, repensando sua possibilidade, afirmando que “o autêntico método da metafísica

deve ser idêntico ao que Newton introduziu na física”, considerando que “todo o conhecimento (mas não o pensamento) é o resultado de um processo de síntese entre os elementos formais e os elementos materiais”. Desse modo, “a razão só conhece o que ela própria constrói” por meio da experiência e dos elementos a priori, que são as condições do conhecimento. Aqui, é importante notar que Kant se distancia do racionalismo e o supera ao conceber os elementos a priori não como ideias “ (como as ideias inatas de Descartes), mas como estruturas formais”, como princípios do Entendimento Puro. (KANT, I. Textos Pré-Críticos. 1983, p. 8)

Kant recebe de Newton o modo sintético de conhecer que constrói uma hipótese geral a partir de constatações empíricas, verificando a possibilidade da diversidade empírica num conceito geral.

Kant foi um filósofo que passou a vida investigando o universo espiritual do homem em busca de seus fundamentos últimos, necessários e universais e encontrou na física newtoniana o método para essa busca, adotando-o na metafísica: “O verdadeiro método da metafísica é, no fundo, idêntico ao que Newton introduziu na física e que tão úteis consequências, teve nesta ciência”.

Nas obras que antecederam a *Crítica da Razão Pura* (1781), que marca sua filosofia crítica, Kant reflete sobre a questão do método na ciência da natureza e na metafísica sob a influência de Newton.

Pesquisemos, através de uma segura experiência interior, isto é, através de uma consciência imediata e evidente, as características que, sem nenhuma dúvida, se encontram no conceito de uma qualquer propriedade geral e ainda que não conheçamos a realidade integral da coisa poderemos utilizá-las a fim de deduzir com segurança várias características da coisa. (KANT, 1983, p. 141-142).

As leis de Newton inspiraram Kant a pensar o universo humano de modo seguro, buscando suas leis necessárias e universais. Em seu projeto crítico aparece essa preocupação manifestada em suas três críticas: *Crítica da Razão Pura* (1781), em que ele examina o problema do conhecimento; *Crítica da Razão Prática* (1788), em que ele analisa o problema moral, e a *Crítica da Faculdade de Julgar* (1790), em que ele estuda o belo natural e artístico.

Ao se inserir no debate entre Física e Metafísica, Kant recebe outra grande influência do Iluminismo Inglês, a de David Hume, que se situa na reflexão epistemológica.

Hume (1711-1776), em seu *Tratado sobre a Natureza Humana*, apresenta uma análise crítica dos fundamentos puramente racionais do conhecimento, atingindo o núcleo da metafísica moderna, de caráter racionalista - as ideias inatas, originadas na própria razão, sem nenhum correspondente sensível -, abalando a metafísica ao provar que essas ideias são hábitos mentais do sujeito do conhecimento e não correspondem a nenhuma realidade.

A obra de Hume se situa no campo da teoria do conhecimento, ao desenvolver a doutrina da causalidade, segundo a qual tudo aquilo que se dá a conhecer são impressões e ideias, sendo as impressões fornecidas pelos sentidos e, as ideias, representações da memória e da imaginação como resultado das impressões, cópias modificadas, que podem ser associadas por semelhança, contiguidade espacial e temporal e causalidade. (HUME, 1984, p. 126). Para Hume, “causa e efeito, enquanto impressões sensíveis, não seriam mais que o anterior e o posterior de uma sucessão temporal, transformados em elos de uma vinculação necessária”. (HUME, 1984, p. 127).

Hume mostra que as ideias metafísicas não são possíveis como conhecimento da realidade por não terem fundamento na experiência sensível, mas são fruto da imaginação, pois não passam de hábitos mentais do sujeito do conhecimento, que, por constatar que tudo tem uma causa, é levado a imaginar a ideia metafísica de uma causa primeira, incorrendo no erro de perder o vínculo com a experiência sensível, pois, para Hume, “...a causalidade não é mais do que uma crença baseada na ação do hábito sobre a imaginação, e as ideias têm, todas, origem na experiência sensível”. (HUME, 1984, p. 127). Por isso, as ideias metafísicas carecem de fundamento, pois seus conceitos não provem da experiência sensível.

Com o seu *Tratado da Natureza Humana*, Hume fez Kant repensar a metafísica como forma de conhecimento, pois lhe mostrou que as ideias metafísicas são hábitos mentais do sujeito do conhecimento e não correspondem a nenhuma realidade, abalando a metafísica, como reconhece Kant:

Desde as tentativas de Locke e Leibniz, ou, mais ainda, desde a criação da metafísica, por mais longe que remonte a sua história, não houve acontecimento algum que fosse mais decisivo em relação ao destino desta ciência do que a ofensiva levada a efeito por David Hume contra ela (KANT, 1984, p.8).

Hume mostrou, em sua *Investigação sobre o Entendimento Humano*, que a conexão entre causa e efeito não é necessária e independente da experiência como pensavam os metafísicos, pois, como ele afirma:

[...] o conhecimento dessa relação não é, em caso algum, alcançado por meio de raciocínios a priori, mas origina-se inteiramente da experiência, quando verificamos que certos objetos particulares estão constantemente ligados uns aos outros [...] as causas e os efeitos não podem ser descobertos pela razão, mas sim pela experiência. (HUME, 1984, p.142).

Assim, ideia metafísica de causalidade seria um mero hábito mental de estabelecer relações de causa e efeito entre os acontecimentos que percebermos que ocorrem sucessivamente, chamando os anteriores de causa e os posteriores de efeito, levando-nos a crer que existe uma causalidade nas próprias coisas, independentemente de nós.

Kant reconhece que

Hume demonstrou de maneira irrefutável ser totalmente impossível à razão pensar esta conexão (causa e efeito) a priori e a partir de conceitos, pois ela encerra a necessidade; não é, pois, possível conceber que, pelo fato de uma coisa ser outra coisa deva ser necessariamente e como seja possível introduzir a priori o conceito de tal conexão. A partir daí concluiu que a razão não tem a faculdade de pensar em tais conexões. (KANT, 1988, p. 14)

A crítica de Hume à metafísica fez Kant despertar de seu sono dogmático, dando um novo rumo ao seu pensamento, como ele mesmo confessa:

Confesso francamente: a lembrança de David Hume foi justamente o que há muitos anos interrompeu pela primeira vez meu sono dogmático e deu às minhas investigações no campo da filosofia especulativa uma orientação completamente nova. (KANT, 1984, p.10)

A partir da leitura de Hume, Kant passou a questionar a validade e a pretensão da metafísica ao conhecimento verdadeiro, a indagar sobre a possibilidade da metafísica, se ela é possível e em que condições. Como consequência desses questionamentos, Kant passou a investigar as condições em que se assentavam os pressupostos fundamentais da metafísica.

Foi a partir da crítica de David Hume à ideia de causalidade necessária que Kant repensou a metafísica e deu ao seu pensamento uma nova direção como ele mesmo explica em seus Prolegómenos:

Hume tomou como ponto de partida um único, mas importante conceito da metafísica, ou seja, o da conexão entre causa e efeito (e, por conseguinte, os conceitos daí derivados, de força e de ação, etc.); desafiou a razão, que pretende ter gerado este conceito em seu seio, a responder-lhe precisamente com que direito ela pensa que uma coisa possa ter sido criada de tal maneira que, uma vez posta, possa-se depreender daí que outra coisa qualquer também deva ser posta; pois isso é o que afirma o conceito de causa. Demonstrou de maneira irrefutável ser totalmente impossível à razão pensar esta conexão a priori e a partir dos conceitos, pois ele encerra necessidade; não é, pois, ser

necessariamente e como seja possível introduzir a priori o conceito de tal conexão. (KANT, 1984, p.8)

Na introdução da *Crítica da Razão Pura*, Kant reconhece a contribuição de Hume, mas supera seus limites indo além ao estabelecer uma compreensão de experiência completamente diferente ao afirmar que:

Não há dúvida de que todo o nosso conhecimento começa com a experiência; do contrário, por meio do que a faculdade de conhecimento deveria ser despertada para o exercício senão através de objetos que toquem nossos sentidos e em parte produzem por si próprios representações, em parte põem em movimento a atividade do nosso entendimento para compará-las, conectá-las ou separá-las e, desse modo, assimilar a matéria bruta das impressões sensíveis a um conhecimento dos objetos que se chama experiência? (KANT, 1983, p. 23).

Ao afirmar que todo conhecimento começa com a experiência, Kant não concorda plenamente com Hume, pois, para Kant, isso não significa necessariamente que todo conhecimento provenha da experiência, destacando que os empiristas não consideraram o papel da atividade do entendimento para a origem do conhecimento, pois é por meio do entendimento que o nosso conhecimento de experiência se constitui como um composto daquilo que recebemos por impressões e daquilo que a nossa própria faculdade de conhecimento fornece de si mesma.

Sob a influência de Hume, Kant operou uma crítica profunda à metafísica clássica, elaborando a primeira de suas três grandes críticas, a *Crítica da Razão Pura Teórica*, em que ele analisa a faculdade de conhecer, chegando, ao final de sua análise, à impossibilidade da metafísica como forma de conhecimento, mas à conclusão de que “a razão não é constituída apenas por uma dimensão teórica, que busca conhecer, mas também por uma dimensão prática, que determina seu objeto mediante a ação”. (KANT, 1983, XIV).

A física newtoniana e a crítica à metafísica de Hume são consideradas referências fundamentais para a filosofia do século XVIII e reconhecidas, na teoria do conhecimento, pela unanimidade de seus pensadores como: no *Tratado de metafísica*, de Voltaire; no *Discurso preliminar da Enciclopédia*, de D’Alembert; nas *Investigações sobre a clareza dos princípios da teologia e da moral*, de Kant, como esclarece Cassirer:

Sempre que nos é impossível ter a ajuda da bússola da matemática e do farol da experiência e da física para guiar o nosso rumo, é mais do que certo que não podemos avançar um só passo." Contudo, de posse desses dois Instrumentos, vamos poder e devemos arriscar-nos no mar alto do saber. (CASSIRER, 1994, pg. 31)

Newton influenciou toda a modernidade e suas ideias foram levadas por Voltaire para a França, desencadeando o Iluminismo Francês.

### **1.3 O Iluminismo Francês - Rousseau**

Voltaire (1694-1778) foi quem desencadeou o Iluminismo na França ao levar a mecânica de Newton e as ideias inglesas para a cultura francesa, com suas obras Cartas sobre os Ingleses, Elementos da Filosofia de Newton, Ensaio sobre os Costumes, o Espírito das Nações e o Tratado sobre a Tolerância, tornando-se o mais famoso, lido e influente pensador do Iluminismo francês.

O Iluminismo Francês se fez recebendo os conteúdos do Iluminismo Inglês, como as ideias liberais e a nova racionalidade científica e filosófica. Contudo, diferentemente da Inglaterra, a França levou o Iluminismo às últimas consequências, radicalizando os ideais liberais, rompendo com suas tradições e combatendo veementemente o poder da Igreja, que ainda era, em seu território, o maior obstáculo ao Esclarecimento.

A luta contra o poder da Igreja foi o principal embate do Iluminismo francês, expresso por um de seus maiores expoentes, Voltaire, que “não se cansava de lançar seu grito de guerra: “Esmaguem a infame! ”, voltando-se “não contra a fé, mas contra a superstição, não contra a religião, mas ao uso solerte que dela faz a Igreja”. (CASSIRER, 1994, p. 189).

Na França, o Iluminismo produziu o enciclopedismo, que reuniu os conhecimentos científicos e filosóficos para torná-los acessíveis ao grande público, difundindo a ciência natural e às doutrinas empiristas e deístas dos ingleses, de modo predominantemente racionalista.

A defesa dos ideais racionais na França se fez nos salões onde os iluministas se reuniam para discutir a formação de um novo homem e uma nova sociedade, baseados não mais nos valores de uma Igreja e um poder absolutos, acima da razão, mas num poder esclarecido pela razão, que conhece e julga segundo seus próprios critérios. Por seus intensos debates, a França se tornou o centro irradiador do Iluminismo por toda a Europa, e Voltaire o grande propagador do Iluminismo, divulgando suas principais doutrinas em suas obras, dentre elas seu Dicionário Filosófico, em que compartilha as ideias do empirismo, do deísmo, da imagem física do mundo, da religião natural e do humanismo ético.

Influenciada por esse cenário iluminista, a França alterou sua história de domínio e submissão à tradição católica, passando a questionar a hierarquia, a autoridade e os dogmas estabelecidos em função dos ideais de independência, igualdade e religião natural.

O grande destaque do Iluminismo Francês foi o filósofo Jean-Jacques Rousseau (1712-1778), que foi um capítulo à parte na história do Iluminismo, pois se insurge contra a ideia iluminista de que a razão esclarecida pelo conhecimento seja suficiente para conduzir a humanidade ao seu desenvolvimento moral, reabilitando-a moralmente via O Contrato Social.

Ao falar de Rousseau, Cassirer diz que ele é “um autêntico filho da Ilustração quando a combate e a supera”, e que Rousseau faz oposição à visão intelectualista dos iluministas de sua época. Assim, escreve Cassirer: “Rousseau não destruiu o universo do século XVIII, deslocou simplesmente o seu centro de gravidade”. (CASSIRER, 1994, p. 361-362).

O deslocamento do centro de gravidade de que fala Cassirer é a passagem da visão intelectual à visão moral de Esclarecimento, pois, enquanto os iluministas concebiam a natureza como “matéria e movimento mecânico, inteiramente exterior ao sujeito humano”, “objetivando o sujeito cognoscente e reduzindo o espírito à natureza e a interioridade à exterioridade”, “para Rousseau, ao contrário, a Natureza palpita dentro de cada ser humano, como íntimo sentimento de vida”, como ele mesmo expressa ao falar dos iluministas: “Estudavam a natureza humana para falar sabiamente dela, não para conhecerem-se a si mesmos”. (ROUSSEAU, 1983, XV).

Assim, Rousseau desloca o centro de gravidade da reflexão filosófica, pois, para ele, “não é a razão, mas o sentimento o verdadeiro instrumento de conhecimento e não é o mundo exterior o objeto a ser visado, mas o mundo humano”. (ROUSSEAU, 1983, XV).

E foi sob a influência de Rousseau que Kant resolveu o problema da metafísica na Crítica da Razão Prática, em que ele trata da emancipação moral da humanidade.

Em pleno Iluminismo Rousseau se insurgiu contra as artes e as ciências, acusando-as de terem abatido e debilitado o homem do ponto de vista de sua eticidade, abalando os alicerces do racionalismo e influenciando Kant, como nos mostra Cassirer:

Através de Rousseau, Kant vê-se liberto do puro intelectualismo e dirige-se para um novo caminho. Não acredita mais que o desenvolvimento e o refinamento da cultura intelectual possam resolver todos os enigmas da existência e todos os males da sociedade humana. A simples cultura do entendimento não consegue fundamentar o valor mais alto da humanidade; ela tem de ser regulada e refreada por outras forças. Mas mesmo quando o



equilíbrio moral-espiritual é alcançado e o primado da razão prática é assegurado em detrimento do da razão teórica, permanece vã a esperança de que, por esse meio, possa ser apaziguada a ânsia de felicidade do homem. (CASSIRER, 1993, p. 156).

As acusações de Rousseau à filosofia iluminista fazem Kant rever as bases de seu pensamento, levando-o a superar o intelectualismo de sua época e a buscar novos caminhos para o exercício da razão.

Assim, atingido principalmente pela física de Newton, pela teoria do conhecimento de Hume e pela moral de Rousseau, Kant faz uma revisão das bases de seu pensamento e elabora seu projeto crítico que se inicia com a *Crítica da Razão Pura Especulativa*, estabelecendo limites claros e definitivos para a razão.

#### **1.4 O Iluminismo Alemão - Kant**

O caminho que o Iluminismo percorreu na Alemanha foi o espírito sistemático traçado por Leibniz, que estabeleceu os princípios de uma imagem unificada do mundo, preservando a filosofia Alemã do perigo do ecletismo. A divulgação das ideias de Leibniz, bem como de outros pensadores, na Alemanha, foi empreendida por Christian Wolff (1679-1754), que foi considerado o *preceptor Germaniae* por ser o maior responsável pela divulgação da filosofia na Alemanha, traduzindo-a do grego para o alemão, recebendo de Kant o elogio de “promotor do espírito de profundidade, de minúcia” na Alemanha. Reconhecendo esse espírito, Kant se vincula ao pensamento Alemão, encontrando nele os fundamentos a partir dos quais elabora seu sistema de pensamento.

O Iluminismo alemão se ocupou com os problemas especulativos da razão, buscando o rigor lógico como procedimento da análise racional, avaliando, demonstrando e legitimando cada conhecimento obtido. É o espírito metódico e rigoroso que marcou o primeiro momento do Iluminismo alemão sob a influência de seu grande sistematizador, Christian Wolff.

Sob essa influência, Kant operou uma análise crítica da razão para estabelecer um sistema de princípios que garantisse um conhecimento certo e seguro sobre a natureza, a ação moral e a atividade política.

O Iluminismo alemão foi mais acadêmico que o inglês, que foi mais científico, e o francês, que foi mais político, pois, diferentemente da França, a Alemanha já havia realizado a Reforma Protestante, não se encontrando mais em embate com a Igreja como a França. Esse

clima de liberdade religiosa possibilitou o avanço do iluminismo alemão de modo diferente do francês, assemelhando-se mais ao iluminismo inglês, por um ambiente social mais tranquilo e estável.

A atmosfera de liberdade religiosa que reinava na Alemanha favoreceu o espírito racionalista e científico, e a corte prussiana de Frederico, o Grande, que recebia a influência do iluminismo francês, incentivava a Academia de Berlim, que se tornou um centro do iluminismo na Europa.

Em função de seu próprio contexto no século XVIII, com as correntes religiosas como o pietismo e o interesse pela história, que deram um grande valor ao sentimento, o que aparece de modo isolado no iluminismo francês com Rousseau, o iluminismo alemão seguiu caminhos diferentes do iluminismo francês.

Assim, na Alemanha, o Iluminismo floresceu principalmente nas universidades e escolas, voltado para a especulação racional, diferentemente do inglês, que se voltou para a ciência, e do francês, para as questões políticas e sociais.

Essa diferença é apresentada por Hegel em *Les Écrits de Hamann*, ao comparar o movimento Iluminista na França e na Alemanha, destacando que na Alemanha o “espírito pensante” germinou na academia e só depois desabrochou para a realidade. Seu florescimento para a liberdade foi metódico, pelo pensamento de Wolff, debatendo, de forma popular, as máximas, os interesses e os princípios positivos da Igreja, do Estado e do Direito, introduzindo na Alemanha os princípios do deísmo, da tolerância religiosa e da moral, que já haviam sido erigidos na França por Voltaire e Rousseau. (HEGEL, p. 61-62).

Na Alemanha, o Iluminismo foi designado pelo termo *Aufklärung*, que significa Esclarecimento, e com esse intuito, a filosofia foi popularizada na Alemanha por Wolff, e teve em Kant (1724-1804) sua maior expressão.

Kant promoveu uma análise crítica da razão para estabelecer um sistema de princípios que garantisse um conhecimento certo e seguro. Para ele era preciso submeter tudo à crítica, pois o esclarecimento já não era apenas uma questão teórica, mas ética, pois tudo precisava ser trazido à luz, ao público, para ser esclarecido e mostrar seu valor, tudo, sem exceção, incluindo a religião e a política, que são regidas pelo princípio da autoridade, para não pôr em risco o próprio conceito da Ilustração.

A publicação da obra de Kant se estendeu de 1746 a 1798 e foi dividida em dois períodos distintos: o pré-crítico e o crítico.

No período pré-crítico, Kant revela diversas influências de sua formação: o aspecto dogmático, de sua educação austera, marcada pelo pietismo, tendência do protestantismo luterano, religião de sua mãe Regina e de seus mestres, que exigia uma vida simples e total obediência à lei moral; a influência do racionalismo de Wolf, que Kant vai criticar e superar; e da Filosofia Natural de Newton, que influencia toda sua obra, desde a juventude e que vai ser um dos pontos de partida de sua primeira crítica. Nesse período, destacam-se os opúsculos de física: “Pensamentos sobre a Verdadeira Avaliação das Forças Vivas” (1747), “Concepção Nova do Movimento e do Repouso” (1758); de geografia: “Sobre as Alterações do Movimento de Rotação da Terra” (1754), “Se a Terra Envelhece” (1754), “Sobre os Tremores de Terra e os Ventos” (1756) e (1757); de astronomia: “História Universal da Natureza e Teoria do Céu” (1755); e as de filosofia: “Considerações sobre o Otimismo” (1759), “A Falsa Sutileza das Quatro Figuras Silogísticas” (1762), “O Único Fundamento Possível para uma Demonstração da Existência de Deus” (1763); “Ensaio para Introduzir em Filosofia o Conceito de Quantidade Negativa” (1764), “Observações sobre o Sentimento do Belo e do Sublime” (1764), “Sobre a Evidência dos Princípios da Teologia Natural e da Moral” (1764), “Os Sonhos de um Visionário Explicados pelos Sonhos da Metafísica” (1766); *Dissertação sobre a Forma e os Princípios do Mundo Sensível e do Mundo Inteligível* (1770), obra que marca a passagem para a fase crítica, com o impacto da leitura do *Tratado sobre a Natureza Humana*, de David Hume, seguida de um silêncio de 10 anos, que é rompido com a primeira edição de sua primeira crítica que dá início ao período crítico. (MARIAS, 1982, p. 281)

No segundo período, além da influência da Filosofia Natural de Newton, Kant é afetado pelo empirismo de David Hume, despertando de seu sono dogmático e produzindo sua primeira grande crítica, a *Crítica da Razão Pura Teórica* (1781), em que investiga as fontes e os limites do conhecimento, demonstrando a impossibilidade da metafísica como ciência. Além dessa grande obra, Kant escreveu nesse período outras obras como “Prolegômenos a toda a Metafísica Futura que queira apresentar-se como Ciência” (1783); “Ideia de uma História Universal do ponto de vista Cosmopolita” (1784), “Resposta à pergunta: Que é “Esclarecimento? (Aufklärung)” (1784), “Balanço das Ideias de Herder” (1785), “Definição do Conceito de Raça Humana” (1785), “Conjecturas sobre o Começo da História da Humanidade” (1786); escritos que se relacionam com a *Crítica da Razão Pura*: “Primeiros Princípios Metafísicos da Ciência da Natureza” (1786), “Sobre o Insucesso de todas as Tentativas dos Filósofos em Matéria de

Teodicéia” (1791). Em 1788, Kant publica sua segunda crítica, a *Crítica da Razão Prática*, que se apresenta como a via para a metafísica, e outros escritos que se relacionam com a moral: *Fundamento da Metafísica dos Costumes* (1785), sobre o “Princípio do Direito Natural de Hufeland” (1786). Em 1790, Kant publica sua terceira crítica, a *Crítica da Faculdade do Juízo*, em que trata da questão do belo, e mais, *A Religião nos Limites da Simples Razão* (1793), “Sobre a Paz Perpétua” (1795), *Metafísica dos Costumes*, compreendendo os Primeiros Princípios Metafísicos do Direito, e os Primeiros Princípios Metafísicos da Doutrina da Virtude (1797), “O Conflito das Faculdades” (1798); e ainda, “Sobre a Pedagogia” (1803), e um opúsculo “Sobre o Uso dos Princípios Teleológicos na Filosofia”.

Como expressão de sua posição, de que é igualmente necessário o esclarecimento teórico e o moral, Kant formula o grande lema do Esclarecimento, da *Aufklärung*, o “ousar saber” (*Sapere aude*) para designar o uso não tutelado do entendimento. E é justamente por oposição a toda forma de autoridade que o movimento Iluminista se fez mostrando, desde o seu início, que a humanidade deve guiar-se pela luz da razão, do esclarecimento, da Ilustração e não por uma autoridade arbitrária. Por isso, o esclarecimento, a *Alfklärung* busca desmascarar toda forma de autoridade como inibidora do livre exercício da luz natural da razão, que é um direito natural de todos os homens.

Nesse sentido, Kant realiza a *Alfklärung*, prestando conta desse movimento que faz respondendo à pergunta de um oponente sobre O Que é Ilustração? Esse é um momento em que a Ilustração se volta sobre si mesma para ilustrar-se, como consequência de seu próprio movimento.

### **1.5 Kant e o Esclarecimento.**

A questão do Esclarecimento em Kant faz parte do conjunto de sua obra, fundamentalmente das três críticas, mas também, é tratada em seu opúsculo de 1783, Resposta à pergunta: Que é “Esclarecimento? (*Aufklärung*)”, publicado em 1784, na fase tardia do iluminismo alemão. A recepção desse opúsculo no Brasil tem destaque sobretudo no texto escrito por Rubens Rodrigues Torres Filho: “Respondendo à pergunta: Quem é a Ilustração”, em Ensaio de Filosofia Ilustrada. (TORRES FILHO, 1987).

A expressão *Aufklärung*, em sua tradução para o português, recebe duas versões tradicionais, Ilustração ou iluminismo e esclarecimento. E o que importa aqui é entender o que é a Ilustração para Kant e quem é o sujeito ilustrado?

A *Aufklärung* constitui em Kant um sistema coeso, interligado, que engloba não apenas as três grandes críticas kantianas, mas também os seus opúsculos, que apesar de serem chamados de “textos menores”, tem grande importância como referências para a compreensão do Esclarecimento, revelando elementos que se desenvolvem nas críticas.

Nesse sentido, o opúsculo “Resposta à pergunta: Que é “Esclarecimento? (*Aufklärung*) ”, revela a compreensão de esclarecimento que Kant desenvolve em suas críticas. A esse respeito, Foucault, destaca em seu texto O Que São as Luzes, que:

...apesar de seu caráter circunstancial e sem querer lhe dar um lugar exagerado na obra de Kant, creio que é preciso enfatizar a ligação existente entre esse pequeno artigo e as três Críticas. Ele descreve de fato a *Aufklärung* como o momento em que a humanidade fará uso de sua própria razão, sem se submeter a nenhuma autoridade; ora, é precisamente neste momento que a Crítica é necessária, já que ela tem o papel de definir as condições nas quais o uso da razão é legítimo para determinar o que se pode conhecer, o que é preciso fazer e o que é permitido esperar. É um uso ilegítimo da razão que faz nascer, com a ilusão, o dogmatismo e a heteronomia; ao contrário, é quando o uso legítimo da razão foi claramente definido em seus princípios que sua autonomia pode ser assegurada. A Crítica é, de qualquer maneira, o livro de bordo da razão tornada maior na *Aufklärung*; e, inversamente, a *Aufklärung* é a era da Crítica. (FOUCAULT, 1984, p. 340-341)

Como nos mostra Foucault, Kant descreve a *Aufklärung* em seu opúsculo “Resposta à pergunta: Que é “Esclarecimento? (*Aufklärung*) ”, como o momento em que a humanidade fará uso autônomo de sua razão, vinculando esse momento com sua capacidade crítica de fazer um uso legítimo da razão, discernindo o que se pode conhecer, fazer e esperar. Esse esclarecimento da razão, estabelece a relação entre o opúsculo e as críticas, pois, são as críticas que definem os princípios a partir dos quais se fará um uso legítimo da razão e, portanto, esclarecido.

O Esclarecimento (*Aufklärung*) ” também está ligado com os textos sobre história e política, pois a *Aufklärung* possui um caráter histórico e político à medida em que aponta para um momento em que a humanidade estará apta a fazer uso esclarecido e autônomo da razão, ou seja, mostra que a história da humanidade caminha em direção a esse momento e que esse momento depende do uso público da razão, portanto, da política.

Desse modo, o opúsculo “Resposta à pergunta: Que é “Esclarecimento? (*Aufklärung*) ” ocupa um lugar importante na crítica kantiana, pois estabelece nexos com as críticas e com a história e a política, além de representar uma crítica do filósofo sobre seu próprio trabalho e seu tempo, como ressalta Foucault:

...é a primeira vez que um filósofo liga assim, de maneira estreita e do interior, a significação de sua obra em relação ao conhecimento, uma reflexão sobre a história e uma análise particular do momento singular em que ele escreve e em função do qual ele escreve. (FOUCAULT, 1984, p. 341)

Essa atitude da modernidade de operar a crítica sobre tudo, Kant exerceu completa e profundamente, incluindo seu trabalho, sendo, talvez por isso, o maior representante da *Aufklärung*, encarnando o que Foucault identifica como a atitude da modernidade:

... a modernidade não é simplesmente forma de relação com o presente; é também um modo de relação que é preciso estabelecer consigo mesmo. A atitude voluntária de modernidade está ligada a um ascetismo indispensável. Ser moderno não é aceitar a si mesmo como se é no fluxo dos momentos que passam; é tomar a si mesmo como objeto de uma elaboração complexa e dura: é o que Baudelaire chama, de acordo com o vocabulário da época, de ‘dandismo. (FOUCAULT, 1984, p. 344)

Essa atitude de modernidade de estabelecer uma relação consigo mesmo num esforço ascético de fazer-se é o grande desafio da *Aufklärung*, pois, mais do que um acontecimento histórico, a *Aufklärung* se constitui como um *ethos*, como um esforço do homem de fazer-se autônomo e senhor de si mesmo, buscando o seu próprio esclarecimento.

Esse esclarecimento Kant distingue, em seu opúsculo, em teórico e prático, na elucidação que faz da maioridade no homem, que ele apresenta em dois momentos: 1. *Sapere aude!* ” (Ousar saber), o que exige “fazer uso de teu próprio entendimento”, e isso, como ele diz, “é o lema do esclarecimento [*Aufklärung*]; e, 2. Ressaltando a condição para o exercício maduro do entendimento, afinal: “Para este esclarecimento, porém, nada mais se exige senão a liberdade. “E a mais inofensiva entre tudo aquilo que se possa chamar liberdade, a saber: a de fazer um uso público de sua razão em todas as questões” (KANT, 1974, p. 104).

Essa distinção aparece também no ensaio de Rubens Rodrigues Torres Filho intitulado “Respondendo à pergunta: quem é a Ilustração? ”, em que ele afirma: “A questão – já não apenas de teoria, mas de ética – é que tudo possa ser esclarecido, trazido a público, ao aberto (*Oeffentlichkeit*), e ali, às claras, possa fazer valer o seu valor. ” (TORRES FILHO, 1987, p. 85)

Assim, como podemos perceber, a *Aufklärung* se constitui em dois momentos distintos do esforço de esclarecer-se: o esclarecimento teórico e o esclarecimento prático, destacados por Kant em seu opúsculo e por Rubens Torres Filho em seu ensaio, e aparecem nas Críticas pelos termos entendimento e razão, que parecem ser sinônimos, mas não são, pois, fazer uso do

próprio “entendimento” sem a tutela de outrem e fazer um uso público da própria “razão”, são coisas distintas, ainda que interligadas, como nos mostra Kant:

O entendimento constitui um objeto para a razão do mesmo modo como a sensibilidade para o entendimento. Tornar sistemática a unidade de todas as possíveis ações empíricas do entendimento é uma tarefa da razão, assim como o entendimento conecta mediante conceitos e submete a leis empíricas o múltiplo dos fenômenos. (KANT, 1983, p. 328).

Desse modo, Kant mostra que o entendimento e a razão não são a mesma coisa, pois, o entendimento é a faculdade da razão responsável pelo conhecimento dos fenômenos por meio dos conceitos e a razão é a faculdade suprema por meio da qual podemos pensar a unidade dos fenômenos, o incondicionado, a partir de princípios universais. Assim, o entendimento produz o conhecimento dos fenômenos, do particular, de modo condicionado pelos conceitos e a razão, produz a unidade do pensamento de modo incondicionado, pelos princípios universais.

No opúsculo Resposta à pergunta: Que é “Esclarecimento”? (*Aufklärung*), percebemos a presença desses dois sentidos, destacados por Kant em seu texto, embora a ênfase kantiana nesse texto seja moral.

A distinção entre esclarecimento teórico e prático em Kant é fundamental para compreender a *Aufklärung* e o que ele e os pensadores de sua época têm em mente quando tratam dessa corrente de pensamento. Além disso, ajuda a entender como ele mesmo se sente ligado à corrente iluminista, uma vez que sua imagem já era, naquele tempo, a de um pensador iluminista.

Além disso, essa distinção precisa ser bem compreendida como condição para o entendimento da *Aufklärung*, pois, ao contrário do que se possa pensar, o esclarecimento teórico não implica, necessariamente, no esclarecimento prático, moral. Assim é, que ao tratar da *Aufklärung*, Kant nos mostra que há uma diferença entre esclarecimento [*Aufklärung*] e ser esclarecido [*Aufklärer*]: “Se for feita então a pergunta: “vivemos agora em uma época esclarecida (*aufgeklärt*)?” a resposta será: “não, vivemos em uma época de esclarecimento (“*Aufklärung*”)”. (KANT, 1974, p. 112).

Por esclarecimento, Kant entende a saída do homem de sua menoridade, que é a incapacidade de fazer uso de seu próprio entendimento sem a direção de outrem, da qual ele próprio é culpado, se a causa dela não é fruto da falta de entendimento, mas de decisão e coragem de servir-se de si próprio, sem a direção de outrem. Esclarecido é o homem que já saiu

de sua menoridade e já faz uso de seu próprio entendimento sem a direção de outrem, sendo capaz de autodeterminar-se. (KANT, 1974, p. 100).

Se nos perguntarmos hoje se vivemos em uma época esclarecida, seremos obrigados a dar a mesma resposta que Kant deu em sua época: não, pois ainda não somos esclarecidos. Como diz Foucault:

Não sei se algum dia nos tornaremos maiores. Muitas coisas em nossa experiência nos convencem de que o acontecimento histórico da Aufklärung não nos tornou maiores; e que nós não o somos ainda. Entretanto, parece-me que se pode dar um sentido a essa interrogação crítica sobre o presente e sobre nós mesmos formulada por Kant ao se refletir sobre a Aufklärung. Parece-me que esta é, inclusive uma maneira de filosofar que não foi sem importância nem eficácia nesses dois últimos séculos. É preciso considerar a ontologia crítica de nós mesmos não certamente como uma teoria, uma doutrina, nem mesmo como um corpo permanente de saber que se acumula; é preciso concebê-la como uma atitude, um êthos, uma via filosófica em que a crítica do que somos é simultaneamente análise histórica dos limites que nos são colocados e prova de sua ultrapassagem possível. (FOUCAULT, 1984, p. 351)

Essas relações podem ser percebidas na resposta de Kant à pergunta: Que é “Esclarecimento”? em que Kant enfatiza o caráter ético e não apenas teórico do esforço de ilustrar em relação ao destino da humanidade e ao homem como ser humano e como cidadão, pois o que há por trás da pergunta e que faz com que o aspecto ético seja destacado pelos dois pensadores é o fato de se querer saber quem é a Ilustração, como esclarece Torres Filho:

O que se quer saber, de fato, é quem é a Ilustração: em que nome ela fala. Questiona-se sua idoneidade moral, seu grau de respeitabilidade ou, ao contrário, de periculosidade. Em que medida ela põe em risco as instituições? (TORRES FILHO, 1987, pg. 102 e 103).

Essa questão remonta, no iluminismo Alemão, ao debate que se deu em torno do casamento civil, desencadeado pela publicação do artigo de Johann Erick Biester, um dos fundadores do Mensário Berlimense (Berlinischer Monatschrift), publicação do círculo de intelectuais que se intitulava “Sociedade dos Amigos da Ilustração”, que defendia a liberdade de crítica e de pensamento, em 1783, sob o pseudônimo de E. v. K., que em seu artigo apresenta a:

Proposta de não mais se dar trabalho aos eclesiásticos na consumação do matrimônio. “Argumentando que outras relações jurídicas entre seres humanos, de igual dignidade e importância, dispensavam qualquer sanção religiosa, defendia o mesmo tratamento para o contrato que liga homem e mulher, rematando com a frase: ‘Afinal» para ilustrados são desnecessárias todas essas cerimônias! (TORRES FILHO, 1987, pg. 103).



A resposta veio de um dos amigos da Ilustração, Johann Friedrich Zöllner, de forma contrária e foi publicada na edição seguinte sob o título “Será aconselhável não mais sancionar o vínculo matrimonial pela religião”? em que ele afirma não ser prudente desvalorizar a religião em assuntos profanos e, “sob o nome de Ilustração, confundir as cabeças e os corações dos homens”, que a Ilustração não deveria subverter a ordem, gerando a anarquia e pondo a perder o que conquistou. Zöllner formulou a pergunta que atingiu o cerne da Ilustração:

O que é Ilustração? ’ E o autor comenta: ‘Essa pergunta» que é quase tão importante quanto: o que é a verdade, deveria certamente ser respondida antes que se comece a ilustrar! E eu ainda não a encontrei respondida em parte nenhuma! (TORRES FILHO, 1987, pg. 104).

Essa questão se pôs no final do Iluminismo, e diante dela Kant propôs a suspensão das atividades dos ilustradores até que eles respondessem à pergunta O Que é Ilustrar? Esse episódio lembra:

...o apelo lançado por Kant aos metafísicos no prefácio de seus Prolegômenos a Toda Metafísica Futura: ‘é incontornavelmente necessário pôr de lado provisoriamente seu trabalho, considerar tudo o que aconteceu até agora como não acontecido e antes de todas as coisas formular primeiramente a pergunta: se algo como a metafísica é simplesmente possível’. (TORRES FILHO, 1987, pg. 104).

Diante dessa situação, Kant entendeu à pergunta de Zöllner e a responde e publica no mesmo Mensário Berlimense, apontando com clareza e segurança os limites da Ilustração, imbuído do mesmo espírito que o fez questionar a metafísica e que está expresso na Crítica da Razão Pura: "Nossa época é a época da crítica, à qual tudo deve submeter-se".

Na Crítica da Razão Pura Teórica, Kant destaca dois poderes que ameaçam a luz da razão: a santidade da religião e a majestade da legislação. Mas em sua Resposta à Pergunta: O Que é a Ilustração? Kant dirige-se à religião, já que em relação às ciências e às artes os governantes não interferem. Assim, Kant defende o uso livre da razão, especialmente nos “assuntos de religião”, sendo esse o debate publicado no Mensário Berlimense: será permitido, em nome da razão ilustrada, questionar a sanção religiosa a um ato civil? Kant mostra as condições e os limites em que isso é possível.

Kant mostra a Zöllner o que é a Ilustração, afirmando que seu único requisito é a liberdade, destacando qual restrição da liberdade é obstáculo à Ilustração e qual promove o seu avanço, fechando a discussão com uma pergunta: “Vivemos agora numa época ilustrada? ”

A pergunta de Kant relembra a proposição de Johann Erick Biester sobre a supressão do casamento civil que provocou toda essa discussão: “Afinal, para ilustrados são desnecessárias todas essas cerimônias! ”. Mas Kant pergunta: será que podemos considerá-los “ilustrados”? E o próprio Kant responde:

... vivemos em uma época de esclarecimento [<Aufklärung>]. Falta ainda muito para que os homens, nas condições atuais, tomados em conjunto, estejam já numa situação, ou possam ser colocados nela, na qual em matéria religiosa sejam capazes de fazer uso seguro e bom de seu próprio entendimento sem serem dirigidos por outrem. Somente temos claros indícios de que agora lhes foi aberto o campo no qual podem lançar-se livremente a trabalhar e tornarem progressivamente menores os obstáculos ao esclarecimento [<Aufklärung>] geral ou à saída deles, homens, de sua menoridade, da qual são culpados. Considerada sob este aspecto, esta época é a época do esclarecimento [<Aufklärung>]. (KANT, 1974, p. 112).

Kant ressalta que falta muito ainda para que os homens possam servir-se de seu próprio entendimento, mas o campo está aberto para que isso aconteça, pois, as restrições à liberdade, que são impeditivas do esclarecimento, diminuiram ao mesmo tempo em que aumentaram as restrições que lhe são propícias. Mas Kant revela que:

Um grau maior de liberdade civil parece vantajoso para a liberdade de espírito do povo e, no entanto, estabelece para ela limites intransponíveis; um grau menor daquela dá a esse espaço o ensejo de expandir-se tanto quanto possa. (KANT, 1974, pg.114).

Desse modo, Kant define o que ele entende por esclarecimento, por ilustração e por minoridade:

Esclarecimento [<Aufklärung>] é a saída do homem de sua menoridade, da qual ele próprio é culpado. A menoridade é a incapacidade de fazer uso de seu entendimento sem a direção de outro indivíduo. O homem é o próprio culpado dessa menoridade se a causa dela não se encontra na falta de entendimento, mas na falta de decisão e coragem de servir-se de si mesmo sem a direção de outrem. Sapere aude! Tem coragem de fazer uso de teu próprio entendimento, tal é o lema do esclarecimento [<Aufklärung>]. (KANT, 1974, p. 100).

Contudo, essa definição não é ainda a Resposta à Pergunta: O Que é Esclarecimento? A esse respeito, Torres Filho destaca que a intenção de Kant é responder ao tema central do debate que é saber se a razão ilustrada pode questionar a sanção religiosa e o ato civil e em que limites pode fazer isso, de modo a não ameaçar a ordem pública e a autoridade constituída. Por isso, Torres Filho, em sua interpretação do texto de Kant, para melhor expressar sua proposta de reforma do pensamento e não de combate a autoridade, muda o sentido da pergunta “O que é a Ilustração? “ Para “Quem é a Ilustração? ”.

Para entender bem a resposta de Kant é necessário resgatar dois conceitos fundamentais de sua filosofia: o “sentimento de prazer”, que norteia a Crítica do Juízo e, a “faculdade de desejar”, que fundamenta a Crítica da Razão Prática, tomando-os em sua universalidade e em sua definição transcendental.

Assim, o sentimento de prazer “é um estado da mente em que uma representação concorda consigo mesma como fundamento para conservar seu estado ou para produzir seu objeto” e, a faculdade de desejar “é causa da realidade efetiva dos objetos de suas representações”. Essas definições são do entendimento puro, sem nada de empírico.

É pela faculdade de desejar ser causa de seu objeto que Kant vai explicar o conceito de Ilustração, considerando-o em si mesmo, antes de ser desviado de sua destinação, tomando-o em seu núcleo puramente racional. Assim, Kant define a Ilustração como a passagem da heteronomia à autonomia, por meio da própria autonomia, como explica Torres Filho:

É o ato de servir-se de seu próprio entendimento o único capaz de fazer com que o ser humano saia daquele estado de minoridade no qual se encontra por sua própria culpa. (TORRES FILHO, 1987, pg. 95).

Assim, Kant define a Ilustração como a conquista da autonomia pela própria autonomia, tendo como único requisito a liberdade e se afirmando como um direito pleno do ser humano.

Desse modo, Kant afirma o “Ousai saber! Como o conceito transcendental da Ilustração, rompendo com o pressuposto de que quem raciocina por si mesmo não obedece, implícito na indagação de Zöllner: “Até que ponto é permitido ilustrar, sem perigo para a ordem instituída”? Kant responderá: É lícito – e é dever! – Ilustrar irrestritamente, porém a Ilustração se decide em outro território, onde não se põe a questão da obediência civil”. (TORRES FILHO, 1987, pg. 97).

É nesse momento que Kant vai distinguir entre o uso público e o uso privado da razão, o que dará sustentação para sua resposta, servindo de eixo para sua argumentação. Assim, Kant afirma que o mesmo indivíduo, no exercício de uma função privada, tem o dever de comportar-se como parte dela, desempenhando o papel de tutor, fazendo uso privado da razão, mas, fora dela, tem o direito de fazer uso público de sua razão em seu próprio nome e por esse uso não deverá sofrer nenhuma restrição, pois: “Nesse momento, vale então o ‘raciocinai quanto quiserdes e sobre o que quiserdes’, sem prejuízo para a plena vigência do ‘obedecei’, que se mantém, na ordem privada, fora de questão”. (TORRES FILHO, 1987, pg. 97).

Desse modo, Kant afirma que à Ilustração, tomada no rigor de sua definição transcendental, como a decisão e a coragem que o homem deve ter de servir-se de seu próprio entendimento sem a direção de outrem, não cabe nenhuma restrição, pois ela é um fim em si mesma e, como tal, não está a serviço de nenhum outro interesse, a não ser de si mesma, de quem não pode desviar-se. Assim, sem nenhuma contradição, exprimindo o uso público e o privado da razão, Kant afirma: “Raciocinai livremente, mas obedecei!”.

Contudo, para assegurar o limite entre o público e o privado no uso da razão ou entre a liberdade de espírito e a liberdade civil, é preciso estabelecer uma mediação, e esta só poderá ser exercida por um príncipe, que deverá ser ilustrado, não ter medo das sombras e ter a sua disposição um exército disciplinado para garantir a paz pública. A existência desse príncipe no momento em que Kant escreve seu texto, lhe permite responder a outra pergunta:

Somente temos claros indícios de que agora lhes foi aberto o campo no qual podem lançar-se livremente a trabalhar e tornarem progressivamente menores os obstáculos ao esclarecimento [Aufklärung] geral ou à saída deles, homens, de sua menoridade, da qual são culpados. Considerada sob este aspecto, esta época é a época do esclarecimento [Aufklärung] ou o século de Frederico. (KANT, 1974, pg. 112).

Esse é o nome de quem é a Ilustração e como chegar a ela Kant ensina:

Se, portanto, a natureza por baixo desse duro envoltório desenvolveu o germe de que cuida delicadamente, a saber, a tendência e a vocação ao pensamento livre, este atua em retorno progressivamente sobre o modo de sentir do povo (com o que este se torna capaz cada vez mais de agir de acordo com a liberdade), e finalmente até mesmo sobre os princípios do governo, que acha conveniente para si próprio tratar o homem, que agora é mais do que simples máquina, de acordo com a sua dignidade. (KANT, 1974, pg. 114-116).

Assim, um dia a humanidade chegará à sua maioridade intelectual e moral, unindo a liberdade de pensar à liberdade civil, chegando a realizar o uso público e o uso privado da razão em perfeita autonomia, que é a expressão máxima da Ilustração. Mas, como explica Torres Filho:

Compreende-se também porque é desejável – e não apenas inevitável, como parecia no início – que isso ocorra ‘apenas lentamente’ e através de uma ‘verdadeira reforma da maneira de pensar’, nunca através de uma revolução, que se limitaria a substituir preconceitos antigos por novos preconceitos, reimplantando, sob feições novas, a velha heteronomia. (TORRES FILHO, 1987, pg. 101).

Portanto, o projeto iluminista de emancipação intelectual e moral da humanidade ainda está em curso e se desenvolve lenta e gradativamente à medida em que a razão se esforça por

esclarecer-se e tornar-se autônoma, pois, essa é uma tarefa do homem consigo mesmo, que não pode ser realizada por outrem, e essa é a tarefa da Ilustração, da *Aufklärung*, conforme explica Kant:

Pensar por si mesmo significa procurar em si próprio (isto é, na sua própria razão) a suprema pedra de toque da verdade; e a máxima de pensar sempre por si mesmo é a Ilustração (*Aufklärung*). Não lhe incumbem tantas coisas como imaginam os que situam a ilustração nos conhecimentos; pois ela é antes um princípio negativo no uso da sua faculdade de conhecer e, muitas vezes, quem dispõe de uma riqueza excessiva de conhecimentos é muito menos esclarecido no uso dos mesmos. Servir-se da sua própria razão quer apenas dizer que, em tudo o que se deve aceitar, se faz a si mesmo esta pergunta: será possível transformar em princípio universal do uso da razão aquele pelo qual se admite algo, ou também a regra adoptada do que se admite? Qualquer um pode realizar consigo mesmo semelhante exame e bem depressa verá, neste escrutínio, desaparecer a superstição e o devaneio, mesmo se está muito longe de possuir os conhecimentos para a ambos refutar com razões objetivas. Serve-se, de facto, apenas da máxima da auto conservação da razão. É, pois, fácil instituir a ilustração em sujeitos individuais por meio da educação; importa apenas começar cedo e habituar os jovens espíritos a esta reflexão. Mas esclarecer uma época é muito enfadonho, pois depara-se com muitos obstáculos exteriores que, em parte, proíbem e, em parte, dificultam aquele tipo de educação. (KANT, 1974, p. 98)

Desse modo, Kant mostra que a tarefa da *Aufklärung* é, além de individual, também coletiva, social, política e histórica, pois o esclarecimento de uma época implica em uma sociedade e uma política que propiciem o uso público da razão e em indivíduos que exerçam essa razão, buscando esclarecer-se, cumprindo, assim, com sua finalidade histórica.

Assim, para Kant, o Esclarecimento implica em ter a coragem de fazer uso livre do entendimento. Portanto, antes de tudo, o esclarecimento requer a capacidade de entendimento e, conseqüentemente, um uso livre dessa capacidade. Como o homem vive numa coletividade, num meio social e político, ele precisa que esse meio favoreça o desenvolvimento da sua capacidade de entendimento e o uso livre de sua razão. Por isso, um homem livre é aquele capaz de pensar por si mesmo, sem a direção de outrem e de fazer um uso público de sua razão, sem medo de ser oprimido pelo seu meio, de modo que esse meio deve assegurar a todos a liberdade de fazer o uso público da razão, o que implica em um poder público também esclarecido.

Desse modo, a questão do Esclarecimento em Kant está vinculada à faculdade da Razão e ao seu uso teórico e prático. Esses usos são abordados em suas Críticas da Razão Pura, em que ele trata do uso teórico, especulativo da Razão, e da Razão Prática, em que ele trata do uso prático, moral da Razão. Esses usos são distintos e serão abordados separadamente, para depois se mostrar como eles se unem no sistema kantiano, constituindo a *Aufklärung*.

## **CAPÍTULO 2 - O ESCLARECIMENTO EM KANT**

Kant considera a necessidade da Razão de dupla maneira: primeiro, em seu uso teórico - dentro dos limites do que é possível conhecer -, e depois, em seu uso prático - dentro dos limites do que é possível fazer. Contudo, entende que a Razão é uma só, é a unidade do teórico com o prático, sendo este o prático, o responsável por conduzir o conhecimento do particular para o universal, produzindo a unidade da Razão na realização de seu fim ou função que é o pensamento do todo. Assim, o esclarecimento em Kant é duplo e uno, pois corresponde à dupla função da Razão e à sua unidade.

### **2.1 O Teórico**

O uso teórico da razão trata da orientação em seu uso especulativo, da função da faculdade do entendimento para a produção do conhecimento e da capacidade de pensar, que leva ao discernimento, à capacidade de julgar, de distinguir o certo e o errado.

Kant estabelece o uso teórico da razão como primeira condição para o seu uso esclarecido, investigando a faculdade de conhecer em sua condição e em seu processo de produção, esclarecendo o que podemos conhecer e como conhecemos, buscando superar toda superstição e erro.

Nessa investigação, Kant distingue o ato de pensar do ato de conhecer, afirmando que é próprio da Razão o ato de pensar e próprio do Entendimento o ato de conhecer.

Em sua análise acerca dos poderes ou funções da Razão, Kant parte da Filosofia Natural de Newton e do empirismo de David Hume.

Como resultado de suas investigações e das influências que recebeu, Kant elaborou sua primeira grande crítica, a Crítica da Razão Pura Teórica, em que faz um exame minucioso, criterioso da estrutura e do poder da razão de conhecer. Essa crítica é até hoje a principal obra de teoria do conhecimento e sua primeira edição data de 1781 e sua segunda edição, com alterações feitas pelo autor, de 1787.

Na Crítica da Razão Pura, Kant investiga os limites dentro dos quais é possível conhecer, como é possível o conhecimento humano e a própria metafísica enquanto forma de conhecimento, investigando as condições de produção do conhecimento pela razão. No prefácio à primeira edição Kant explica o que ele quer dizer com crítica da razão pura:

Não entendo com isso uma crítica dos livros e dos sistemas, e sim, da faculdade da razão como tal, em relação a todos os conhecimentos a que esta possa aspirar independentemente de toda a experiência e, por conseguinte, a decisão sobre a possibilidade ou impossibilidade de uma metafísica em si, bem como a determinação tanto das fontes como dos limites da mesma; mas tudo isso a partir de princípios. (KANT, 1974, p. 14)

Nesse sentido, na CRP Kant distingue duas formas de conhecimento: o conhecimento empírico, que é fruto das percepções dos sentidos e por isso é fruto da experiência, e o conhecimento puro, que não depende dos sentidos.

Desse modo, ao investigar a questão de como é possível o conhecimento, Kant entende que o conhecimento é possível pela conjunção entre matéria, proveniente dos sentidos, e forma, que são as categorias do entendimento, afirmando o papel constitutivo do sujeito, que possui as condições de possibilidade da experiência. O que significa dizer que o conhecimento é possível porque o homem possui faculdades que o tornam possível, pois, segundo Kant, são estas faculdades ou formas *a priori* no homem que o permitem conhecer a realidade e que são essas as condições de possibilidade da experiência.

Com esse entendimento, Kant rompeu com o objetivismo e o empirismo de seu tempo e estabeleceu o esclarecimento de como se processa o conhecimento, realizando uma revolução no modo de entender esse processo, que tem sido chamada de revolução copernicana por inverter a ordem gravitacional do conhecimento, mostrando que as condições que nos permitem conhecer os objetos estão no sujeito e não no objeto como pensavam os empiristas, instaurando a investigação das condições do conhecimento dos objetos como constituidoras dos objetos.

Kant realiza, assim, uma síntese entre o racionalismo e o empirismo ao afirmar que: “Sem a sensibilidade nenhum objeto nos seria dado, e sem o entendimento nenhum seria pensado”, considerando que o conhecimento resulta tanto da sensibilidade quanto do entendimento, pois pela sensibilidade captamos os dados do mundo e pelo entendimento conceituamos esses dados atribuindo-lhes sentido.

Portanto, para Kant, o conhecimento provém de duas fontes e estruturas do sujeito cognoscente: da experiência, de onde tiramos a matéria sensível do conhecimento pela faculdade da sensibilidade, e do entendimento, pelo qual damos forma à matéria sensível, organizando-a dentro de um sistema de representações que lhe confere significado.

As condições de possibilidade da experiência em Kant são, *a posteriori*, os conteúdos que recebemos de fora, a matéria do conhecimento e, *a priori*, as estruturas que existem no

sujeito cognoscente e que equivalem às duas principais fontes de conhecimento: a sensibilidade, por meio da qual os objetos nos são dados na intuição, e o entendimento, por meio do qual os objetos são pensados nos conceitos.

Kant apresenta essas condições na primeira parte da Crítica da Razão Pura, a "Doutrina Transcendental dos Elementos", intitulada de "Estética Transcendental", em que ele define a sensibilidade e o entendimento:

A capacidade (receptividade) de obter representações mediante o modo como somos afetados por objetos denomina-se sensibilidade. Portanto, pela sensibilidade nos são dados objetos e apenas ela nos fornece intuições; pelo entendimento, ao invés, os objetos são pensados e dele se originam conceitos. (KANT, 1983, p.39).

Essas faculdades operam por meio de formas puras (livre de qualquer sensação) a priori. As formas puras a priori da sensibilidade ou intuições puras são o espaço e o tempo que são estruturas do sujeito cognoscente e não existem como realidade externa. Por meio dessas formas puras a priori é que a experiência sensorial é possível, é que podemos perceber e representar a realidade fora de nós. As formas puras *a priori* do entendimento são as categorias por meio das quais organizamos a matéria empírica.

Kant apresenta essas categorias na segunda parte da "Doutrina Transcendental dos Elementos", a "Analítica Transcendental". Nela, Kant apresenta 12 categorias que são conceitos puros a priori do entendimento: 1. Quantidade: Unidade, Pluralidade e Totalidade. 2. Qualidade: Realidade, Negação e Limitação. 3. Relação: Substância, Causalidade e Comunidade. 4. Modalidade: Possibilidade, Existência e Necessidade.

Desse modo, as condições de possibilidade da experiência em Kant são: a sensibilidade, por meio da qual recebemos e organizamos a matéria sensível pela intuição no espaço, sentido externo e no tempo, sentido interno, e o entendimento, por meio do qual reunimos estas intuições em conceitos puros que são as categorias.

Assim, só podemos conhecer as coisas enquanto fenômenos, aquilo que se manifesta, que se apresenta, que aparece para nós, porque as estruturas cognitivas que nos permitem conhecer as coisas estão no sujeito e, fora do sujeito, como coisa-em-si, independente de nós, não podemos conhecer nada, pois estão fora do alcance dos poderes cognitivos da razão e, portanto, fora de qualquer possibilidade de conhecimento.

Para Kant, portanto:



Nenhum conhecimento em nós precede a experiência, e todo o nosso conhecimento começa com ela. Mas embora todo o nosso conhecimento comece com a experiência, nem por isso todo ele se origina justamente da experiência. Pois poderia bem acontecer que mesmo o nosso conhecimento de experiência seja um composto daquilo que recebemos por impressões e daquilo que nossa própria faculdade de conhecimento [...] fornece de si mesma. [...] Tais conhecimentos denominam-se a priori e distinguem-se dos empíricos, que possuem suas fontes a posteriori, ou seja, na experiência. (KANT, 1983, p. 23).

Com essa compreensão, Kant distingue o conhecimento empírico, a posteriori, que advém dos dados da experiência fornecidos pelos sentidos, do conhecimento puro, a priori, que não depende dos sentidos e que é anterior à experiência e que é fruto da razão pura, sendo um conhecimento universal e necessário.

Esse conhecimento puro para Kant é constituído de juízos universais e necessários, enquanto o conhecimento empírico não possui essas características.

Os juízos universais e necessários são classificados por Kant em dois tipos: juízo analítico e juízo sintético. O juízo analítico é aquele em que o predicado já está contido no sujeito e basta analisar o sujeito para deduzir o predicado. O juízo sintético, ao contrário, é aquele em que o predicado não está contido no sujeito, sendo acrescentado ao sujeito. Desse modo, os juízos sintéticos enriquecem e ampliam o conhecimento. Os juízos sintéticos podem ser a posteriori e a priori. Os juízos sintéticos a posteriori, ainda que ampliem o conhecimento, são condicionados ao tempo e ao espaço da experiência e, por isso, não são universais e necessários. Já os juízos sintéticos a priori, além de acrescentarem novas informações ao sujeito, possibilitando a ampliação do conhecimento, não são limitados pela experiência, portanto, são universais e necessários. Por isso, Kant considera o juízo sintético a priori o mais importante e a condição para a ciência, reconhecendo na Matemática e na Física essa condição.

Desse modo, Kant mostra a possibilidade da ciência como conhecimento universal e necessário dos fenômenos que percebemos pelos sentidos e representamos pelo entendimento. Mas, o *noumeno* ou a coisa em si, não pode ser conhecida pela razão por estar fora das condições do conhecimento que são a sensibilidade e o entendimento, podendo, contudo, ser apenas pensada.

Assim, Kant mostra a impossibilidade da metafísica como forma de conhecimento. Contudo, diante dessa impossibilidade teórica da metafísica de acessar a coisa em si pela sensibilidade e pelo entendimento que são as condições universais e necessárias do conhecimento, Kant abre outra possibilidade teórica para a metafísica redefinindo-a como

estudo das condições universais e necessárias do conhecimento. Nesse sentido, na Crítica da Razão Pura Teórica, a metafísica aparece como o conhecimento do conhecimento.

O esclarecimento teórico se constitui, portanto, na função do entendimento como faculdade de pensar da razão, descrita na Crítica da Razão Pura Teórica, como capacidade de discernir, de julgar. Essa capacidade não é boa em si mesma e pode se tornar má ou prejudicial se não for dirigida por uma vontade que faça um bom uso dela.

Desse modo, o esclarecimento teórico ou intelectual deve subordinar-se ao esclarecimento prático ou moral, ou seja, a razão pura teórica deve subordinar-se à razão pura prática. Essa subordinação se deve ao fato de que a razão pura teórica produz o conhecimento dos fenômenos por meio de uma função condicionada do entendimento que aplica seus conceitos puros aos fenômenos, limitando o pensamento. Já a razão pura prática é um tipo incondicionado de pensamento, pois não está limitada por nenhum elemento fora dela mesma, produzindo seus próprios princípios, se autodeterminando com vista ao seu fim último - o Bem da humanidade -, para o qual devem convergir todos os seus esforços.

Assim, a razão exerce uma dupla função, teórica, quando se aplica aos fenômenos do mundo, por meio do entendimento, produzindo o conhecimento, e prática, quando se autodetermina, produzindo os princípios morais que conduzem a função teórica à prática, constituindo a unidade da Razão.

## **2.2 O Prático**

O uso prático da razão diz respeito à função moral da razão que regula o comportamento humano por princípios puramente racionais, a priori, constituindo a ética (*ethos*).

Assim como a obra de Newton determinou para Kant o modelo da razão, a obra de Rousseau determinou o modelo da moral. Para Kant, Rousseau era o Newton da moral.

Kant trata da função moral da razão a partir da influência de Rousseau (1712-1778), que foi um capítulo à parte na história do Iluminismo por se insurgir contra a ideia de que a razão esclarecida pelo conhecimento fosse suficiente para conduzir a humanidade ao seu desenvolvimento moral. Para Rousseau, o bem não é fruto do conhecimento, mas da pureza do coração e da obediência à consciência, o que o levou a reabilitar moralmente a razão via O Contrato Social.

Kant encontra em Rousseau a disposição, geralmente desprezada pelos filósofos de sua época, de buscar no estudo da natureza humana o fundamento teórico para a moral. Seguindo essa orientação, Kant encontra na razão uma natureza prática, que fundamenta a moral, como faculdade universal que ordena imperativamente a prática.

Para Kant, a razão não é a fonte que ilumina as causas fora dela, como para os iluministas, ela é a própria causa, tudo procede dela, de suas faculdades, ela é, por natureza, teórica e prática. Enquanto teórica, ela causa o conhecimento das coisas fora dela, dos fenômenos, e enquanto prática, ela ordena a si mesma, causando o dever por meio da vontade, se tornando lei universal.

Kant viu em Rousseau o que não viu nos filósofos de sua época, a referência ao sentimento, a vontade, a liberdade, que destacou Rousseau no contexto do iluminismo e influenciou Kant elaborar os fundamentos filosóficos da ética.

Rousseau se insurgiu contra as artes e as ciências em pleno Iluminismo, acusando-as de terem abatido e debilitado o homem do ponto de vista de sua eticidade, abalando os alicerces do racionalismo e influenciando Kant, como mostra Cassirer:

Através de Rousseau, Kant vê-se liberto do puro intelectualismo e dirige-se para um novo caminho. Não acredita mais que o desenvolvimento e o refinamento da cultura intelectual possam resolver todos os enigmas da existência e todos os males da sociedade humana. A simples cultura do entendimento não consegue fundamentar o valor mais alto da humanidade; ela tem de ser regulada e refreada por outras forças. Mas mesmo quando o equilíbrio moral-espiritual é alcançado e o primado da razão prática é assegurado em detrimento do da razão teórica, permanece vã a esperança de que, por esse meio, possa ser apaziguada a ânsia de felicidade do homem. (CASSIRER, 1993, p. 156).

As acusações de Rousseau à filosofia iluminista fazem Kant rever as bases de seu pensamento, levando-o a superar o intelectualismo de sua época e a buscar novos caminhos para o exercício da razão.

Ao falar de Rousseau, Cassirer (1994, p. 361-362) diz que ele é “um autêntico filho da Ilustração quando a combate e a supera”, e que Rousseau faz oposição à visão intelectualista dos iluministas de sua época. Para Cassirer: “Rousseau não destruiu o universo do século XVIII, deslocou simplesmente o seu centro de gravidade”.

O deslocamento do centro de gravidade de que fala Cassirer é a passagem da visão intelectual à visão moral de Esclarecimento, pois, enquanto os iluministas concebiam a natureza como “matéria e movimento mecânico, inteiramente exterior ao sujeito humano”, “objetivando o sujeito cognoscente e reduzindo o espírito à natureza e a interioridade à exterioridade”, “para Rousseau, ao contrário, a Natureza palpita dentro de cada ser humano, como íntimo sentimento de vida”, como ele mesmo expressa ao falar dos iluministas: “Estudavam a natureza humana para falar sabiamente dela, não para conhecerem-se a si mesmos”. (ROUSSEAU, 1983, XV)

Rousseau desloca o centro de gravidade da reflexão filosófica no iluminismo, pois, para ele, “ não é a razão, mas o sentimento o verdadeiro instrumento de conhecimento e não é o mundo exterior o objeto a ser visado, mas o mundo humano”. (ROUSSEAU, 1983, XV).

Assim, Cassirer (1994, p. 361-362) afirma que Rousseau “Por todo o trabalho de seu pensamento, preparou, melhor do que nenhum outro pensador do seu século, o caminho de Kant”.

E foi sob a influência de Rousseau que Kant resolveu o problema da metafísica na Crítica da Razão Prática, em que ele trata da emancipação moral da humanidade.

Por analogia ao Contrato Social de Rousseau, em que o homem se entrega à sociedade, obedecendo a si mesmo, Kant mostra que o fundamento da moral está no próprio homem, em sua natureza racional que o faz homem. Assim, “o respeito à razão é, portanto, respeito à humanidade em si e aos demais”. (BRÉHIER, 1977, p. 219).

Desse modo, ao obedecer a razão, o homem obedece a si mesmo, realizando sua humanidade, sua autonomia, sua vontade, sua liberdade e sua dignidade, sendo valor absoluto. Assim, a razão prática determina o dever ser, em seu caráter universal e necessário, constituindo a lei moral, a vontade como causa livre, puramente racional, livre de todo motivo da sensibilidade, constituindo o próprio conceito de liberdade, pelo qual o homem se reconhece como coisa em si, como fonte de suas determinações, ainda que participe do mundo sensível. Assim, temos, como mostra Kant no terceiro conflito da antinomia, a conciliação da liberdade, própria do homem como *noumeno*, com a necessidade da ação no campo da experiência, como fenômeno.

Entretanto, o fato de sabermos que somos causa livre, independentes do determinismo fenomenal, não nos conduz ao conhecimento dessa condição. Somos dotados de sensibilidade

e razão, conhecemos a partir da experiência, pela intuição sensível mediada pelo conceito. Assim, a lei moral implica numa determinação sensível a priori por um sentimento que lhe corresponda e esse sentimento é o respeito à lei moral.

Kant apresenta essa forma de esclarecimento na *Fundamentação da Metafísica dos Costumes* (1785) e na *Crítica da Pura Prática* (1788), como o plano da ação humana, da moral, da liberdade, determinada apenas pela vontade.

Kant situa o esclarecimento prático no campo transcendental que envolve as condições a priori do conhecimento, livre de qualquer experiência:

Denomino transcendental todo o conhecimento que em geral se ocupa não tanto com os objetos, mas com nosso modo de conhecimento de objetos na medida em que este deve ser possível a priori. Um sistema de tais conceitos denominar-se-ia filosofia transcendental. (KANT, 1983, p. 33).

Na *Fundamentação da Metafísica dos Costumes* e na *Crítica da Pura Prática*, Kant estabelece a Filosofia Moral, fixando o princípio supremo da moralidade como fonte dos princípios práticos que residem a priori na razão, incorporada no próprio conceito de racionalidade, presente em toda humanidade, como o princípio comum por meio do qual vai se dar a unidade da razão que só na aplicação se diferencia em teórica e prática.

Assim, razão prática é universal por encontrar-se em todos os seres humanos e os princípios que ela determina são válidos para todos os indivíduos indistintamente.

Os princípios, fins e valores que a razão prática estabelece como válidos universalmente e como manifestação da racionalidade humana constituem o dever que a própria razão se impõe como expressão da vontade, da liberdade, do agir segundo os princípios que a razão formula para si mesma. Contudo, o sujeito moral só se constitui à medida em que atende a manifestação de sua natureza racional, orientando sua vontade para a realização do dever que sua consciência racional lhe propõe.

A Razão Pura Prática atua sobre o dever como o reino humano da liberdade, da finalidade. O objeto da Razão Pura Prática é o dever, que é o cerne da ética kantiana, uma ética formal, regulada pela razão, de modo a priori, em função de fins e valores estabelecidos pelo sujeito transcendental como fruto de suas escolhas livres e voluntárias. Portanto, a razão pura prática é a razão guiada pela vontade livre e autônoma e o exercício da vontade e da liberdade implicam na capacidade de escolha, que é guiada por princípios da razão pura prática.

O dever, portanto, é uma forma universal e incondicional de agir que é estabelecida pelo próprio sujeito moral como válida para toda ação moral.

Essa forma foi expressa por Kant (1984) no imperativo categórico: “Age apenas segundo uma máxima tal que possas a mesmo tempo querer que ela se torne lei universal”. Essa máxima tal é que defini a eticidade da ação e que a torna universal e que é o modo racional de agir que todo e qualquer ser humano pode alcançar por ser naturalmente um ser racional, precisando apenas autodeterminar-se no sentido de realizar o dever que sua razão lhe propõe. O imperativo categórico é, portanto, uma forma universal que a razão prática propõe para a conduta moral, independentemente de qualquer condição.

Assim, por ser completamente independente da experiência, a razão prática é a priori e está sujeita apenas a si mesma, ou seja, o sujeito moral é autônomo, se autodetermina e está sujeito apenas ao dever que sua própria razão estabelece, de tal modo que é um fim em si mesmo e como tal deve ser tratado para que seja dignificado na sua humanidade.

A moralidade, portanto, está na racionalidade que naturalmente legisla sobre si mesma de modo livre e autônomo, criando um reino humano de fins e valores em que o homem é um fim em si mesmo, guiado por sua vontade racional de realizar o dever pelo reconhecimento do valor do dever, ou seja, a vontade de realizar o dever, o bem, é exercida pelo valor do próprio bem e por nenhum outro interesse. A essa vontade Kant chama de boa vontade, a vontade que respeita e realiza o dever moral livre e autonomamente. Desse modo, a ética kantiana se caracteriza pela consciência do dever que constitui o reino da moralidade, da liberdade e da responsabilidade, que são exigências da consciência moral, postulados a priori da razão pura prática.

A filosofia moral ou a ética é uma forma de metafísica, pois seus princípios, todo seu conhecimento reside a priori na razão, não tendo nada de empírico, nem do homem. Por isso, segundo Kant:

Uma Metafísica dos Costumes, é, pois, indispensavelmente necessária, não só por motivos de ordem especulativa para investigar a fonte dos princípios práticos que residem a priori na nossa razão, mas também porque os próprios costumes ficam sujeitos a toda sorte de perversão enquanto lhes faltar aquele fio condutor e norma suprema de seu exato julgamento. (KANT, 1984, p.105).

Assim, o esclarecimento prático diz respeito, portanto, ao uso ou função prática da razão, à capacidade de escolha do homem como um ser racional, como explica Kant na Segunda Seção da Fundamentação da Metafísica dos Costumes:

Tudo na natureza age segundo leis. Só um ser racional tem a capacidade de agir segundo a representação das leis, isto é, segundo princípios, ou: só ele tem uma vontade. Como para derivar as ações das leis é necessária a razão, a vontade não é outra coisa senão razão prática. Se a razão determina infalivelmente a vontade, as ações de um tal ser, que são conhecidas como objetivamente necessárias, são também subjetivamente necessárias, isto é, a vontade é a faculdade de escolher só aquilo que a razão, independentemente da inclinação, reconhece como praticamente necessário, quer dizer como bom. (KANT, 1984, p.123)

Para Kant, o esclarecimento prático é o exercício da faculdade da razão em se autodeterminar pela vontade conforme leis ou princípios puramente racionais, necessários à produção do bem. A faculdade prática da razão atua segundo a representação de leis às quais a vontade deve submeter-se livremente, autonomamente, conscientemente, constituindo-se, a vontade, como expressão da razão prática.

Desse modo, a questão central do esclarecimento prático ou moral é a consciência como faculdade da razão pura prática, como a capacidade de agir em conformidade com o conhecimento dos princípios puramente racionais, condicionantes da liberdade como capacidade de escolha, de decidir, de agir autonomamente, independentemente de qualquer condicionante externo, em conformidade consigo mesma.

Assim, a razão prática faz parte da condição racional dos seres humanos e sua validade se estende a todos que dela participam, como nos mostra Kant:

...a razão nos foi dada como faculdade prática, isto é, como faculdade que deve exercer influência sobre a vontade, então o seu verdadeiro destino deverá ser produzir uma vontade, não só boa quicá como meio para outra intenção, mas uma vontade boa em si mesma, para o que a razão é absolutamente necessária, uma vez que a natureza de resto agiu em tudo com acerto na repartição de suas faculdades e talentos. Esta vontade não será na verdade o único bem nem o bem total, mas terá de ser contudo o bem supremo e a condição de tudo o mais, mesmo de toda aspiração de felicidade. (KANT, 1984, p. 111).

Assim, a razão prática é incondicionada, pois não sofre nenhuma determinação externa, uma vez que é formal, sem conteúdo material, imperando categoricamente como uma lei necessária e universal à qual tudo deve conformar-se incondicionalmente, sem nenhum limite. A expressão dessa lei é o imperativo categórico: “Age apenas segundo uma máxima tal que possas ao mesmo tempo querer que ela se torne lei universal”. (KANT, 1984, p. 129).

Contudo, esse imperativo se aplica para uma vontade que ainda não é por si mesma perfeitamente boa e, por isso, precisa a lei para aprender a se conduzir retamente, como nos mostra Kant:

(...) Mas se a razão só por si não determina suficientemente a vontade, se esta está ainda sujeita a condições subjetivas (a certos móveis) que não coincidem sempre com as objetivas; numa palavra, se a vontade não é em si plenamente conforme à razão (como acontece realmente entre os homens), então as ações, que objetivamente são reconhecidas como necessárias, são subjetivamente contingentes, e a determinação de uma tal vontade, conforme a leis objetivas, é obrigação (Nötigung); quer dizer, a relação das leis objetivas para uma vontade não absolutamente boa representa-se como a determinação da vontade de um ser racional por princípios da razão, sim, princípios esses porém a que esta vontade, pela sua natureza, não obedece necessariamente. (KANT, 1984, p. 123 e 124).

Desse modo, Kant esclarece que uma vontade boa em si mesma não precisa da lei moral para se conduzir retamente, pois ela já é por si mesma conforme a lei. A lei se aplica, portanto, para a vontade imperfeita, como destaca Kant:

Uma vontade perfeitamente boa estaria, portanto, igualmente submetida a leis objetivas (do bem), mas não se poderia representar como obrigada a ações conformes à lei, pois que pela sua constituição subjetiva ela só pode ser determinada pela representação do bem. Por isso os imperativos não valem para a vontade divina nem, em geral, para uma vontade santa; o dever (Sollen) não está aqui no seu lugar, porque o querer coincide já por si necessariamente com a lei. Por isso os imperativos são apenas fórmulas para exprimir a relação entre leis objetivas do querer em geral e a imperfeição subjetiva deste ou daquele ser racional, da vontade humana por exemplo. (KANT, 1984, p. 124).

Assim, o valor moral da ação está no reconhecimento do valor do dever que a lei impõe e na sua realização livre e voluntária e não no mero cumprimento do dever imposto pela lei. Portanto, pelo uso livre da razão o homem decide agir em conformidade com a lei, tornando a sua vontade boa em si mesma. Desse modo, o imperativo categórico cumpre a função de guiar a vontade na direção do bem.

O esclarecimento prático ou o uso prático da razão pura diz respeito à vida moral, às leis morais que regem o plano da liberdade, da vontade, da consciência, da autonomia.

Para Kant, o uso prático da razão pura postula proposições metafísicas como a liberdade como condição da moralidade. A vida moral, portanto, eleva o ser humano para um mundo de valores para além dos fatos e da natureza, numa espécie de experiência metafísica.



O esclarecimento prático é livre e incondicionado, fruto apenas da vontade que se exerce autonomamente, de acordo com o dever que a consciência moral propõe e que é assumido livremente e realizado pelo reconhecimento de seu valor e por nenhum outro interesse.

A razão prática é tratada no sistema transcendental kantiano como um modo de ser que se estabelece a priori, independentemente de qualquer experiência. É uma autodeterminação do sujeito transcendental, segundo um ideal, um dever ser que a razão pura prática propõe e que é aceito de modo consciente, livre e responsável pelo sujeito moral.

Esse ideal universal que foi formulado por Kant no imperativo categórico, propõe que o homem seja tratado como um fim em si mesmo, que jamais, sob hipótese alguma seja tratado como mero meio para a realização de um fim que não seja ele mesmo, que não o beneficie.

Desse modo, para Kant, a ação moral deve estar pautada na promoção da dignidade humana, ou seja, deve tratar o homem sempre, incondicionalmente, como fim, e nunca somente como meio. O que não significa dizer que não se pode tratar o homem como meio, pode-se, desde que ele seja fim ao mesmo tempo, pois homem é o valor maior da existência e, como tal, deve estar acima das coisas.

A realização do bem de modo incondicional se faz pela boa vontade, que é a vontade orientada pelo dever de fazer o bem pelo reconhecimento de seu próprio valor. Assim, a boa vontade é a vontade de cumprir com o dever conscientemente, livremente, responsabilmente e autonomamente.

A expressão da razão pura prática é a consciência moral, a boa vontade, a vontade de agir por dever, livremente e autonomamente em prol do bem da humanidade.

Assim, para Kant, é igualmente necessário o esclarecimento teórico e o moral, e esse é o lema do Esclarecimento, da *Aufklärung*, o “ousar saber” (*Sapere aude*), fazendo uso do próprio entendimento, sem a direção de outrem, de modo livre, autônomo e público.

Essa é a posição de Kant dentro do movimento Iluminista, de que a humanidade deve buscar o seu esclarecimento teórico e prático, realizando a *Aufklärung*.

### CAPÍTULO 3 - A UNIDADE DOS DOIS MOMENTOS DA AUFKLÄRUNG EM KANT

Em suas Críticas da Razão Pura Teórica e da Razão Pura Prática, Kant sustenta a tese de que a razão é uma só, é uma faculdade que comporta dois usos distintos, um uso teórico, especulativo, e um uso prático, moral:

Com a análise dos fundamentos do conhecimento a Crítica da Razão Pura assume a tarefa de uma crítica ao mau uso que fazemos da nossa faculdade de conhecer talhada à medida dos fenômenos. Kant substitui o conceito substancial da razão da tradição metafísica pelo conceito de uma razão cindida nos seus momentos e cuja unidade não é mais do que formal. Ele separa a faculdade da razão prática e a faculdade de julgar do conhecimento teórico e assenta cada uma delas nos seus fundamentos próprios. Ao fundar a possibilidade de conhecimento objetivo, de discernimento moral e de valorização estética, a razão crítica não apenas assegura as suas próprias faculdades subjetivas nem apenas torna transparente a arquitetura da razão, mas desempenha também o papel de um juiz supremo mesmo perante a cultura no seu todo. (HABERMAS, 2002, p. 29)

Na Crítica da Razão Pura Teórica, Kant determina o que podemos conhecer, como conhecemos e quais as fontes e os limites do conhecimento, chegando à conclusão de que a metafísica não é possível como forma de conhecimento por reconhecer que “todo o nosso conhecimento parte dos sentidos, vai daí ao entendimento e termina na razão, acima da qual não é encontrado em nós nada de mais alto para elaborar a matéria da intuição e levá-la à suprema unidade do pensamento”. (KANT, 1983, p. 179).

Na Crítica da Razão Pura Prática, Kant estabelece a Filosofia Moral, restabelecendo a Metafísica pelos princípios a priori da moral, pelos preceitos da vontade e da liberdade como condição da moralidade e como fios condutores do fim último da razão, o Bem, para o qual convergem todos os fins da razão, estabelecendo, assim, o vínculo entre a razão pura teórica e a razão pura prática e o primado da razão prática sobre a teórica, uma vez que:

A razão, como faculdade dos princípios, determina o interesse de todas as faculdades do ânimo, mas determina a si própria o seu. O interesse de seu uso especulativo consiste no **conhecimento** do objeto até os princípios supremos a priori, e o do uso prático na determinação da **vontade** em relação ao fim último e completo. (KANT, 2011, p.194).

Portanto, o vínculo entre a razão pura teórica e a razão pura prática se estabelece por que “todo interesse é por fim prático e mesmo o interesse da razão especulativa é somente condicionado e unicamente no uso prático é completo” (KANT, 2011, p.194). Por isso, a razão prática assume o primado sobre a razão teórica.

Desse modo, o primado da razão prática sobre a razão teórica se deve ao fato desta subordinar-se àquela em função de sua finalidade prática, pois o fim da razão teórica é o conhecimento do particular, do mundo sensível, dos fenômenos, a partir da sensibilidade por meio do entendimento; e o fim da razão prática é o pensamento do todo, do universal, do *noumeno*, por meio dos princípios a priori da moral, do incondicionado no homem.

Para Kant, portanto, a razão é uma só, é a faculdade suprema que opera de dois modos distintos: um modo puro teórico, buscando conhecer, fornecendo para a faculdade do entendimento os princípios pelos quais este ordena a matéria empírica recebida da sensibilidade, produzindo as ideias, a explicação do porquê das coisas e; um modo puro prático, estabelecendo os princípios a priori, incondicionados, da conduta moral.

Assim, ainda que Kant distinga entre um uso teórico e um uso prático da razão, ele demonstra sua unidade teórico-prática, explicitando que se trata de dois momentos distintos de um mesmo processo de esclarecimento em que a razão busca esclarecer-se teórica e praticamente, sem perder sua unidade suprema, seu fim último, para o qual convergem todos os seus fins.

A razão é o cerne do sistema de pensamento de Kant e sua unidade teórico-prática é a chave fundamental para sua compreensão, bem como o primado da razão pura prática sobre a razão pura teórica, pois, como afirma Kant em seu texto *Que significa orientar-se no pensamento*:

É possível, porém, considerar a necessidade da razão de dupla maneira: primeiramente em seu uso teórico e em segundo lugar em seu uso prático. A primeira necessidade é a que acabo de mencionar; mas, vê-se bem que depende de uma condição, a saber, devemos admitir a existência de Deus se quisermos julgar as causas primeiras de tudo o que é contingente, principalmente na ordem das finalidades realmente estabelecidas no mundo. Muito mais importante é a necessidade da razão em seu uso prático, porque é incondicionado, e somos obrigados então a supor a existência de Deus não somente se queremos julgar, mas porque devemos julgar. Com efeito, o uso prático da razão consiste na prescrição das leis morais. Todas elas, porém, conduzem à ideia do supremo bem possível no mundo, a saber, a moralidade, na medida em que somente é possível mediante a liberdade. (KANT, 1974, p. 82)

Essa distinção entre a razão pura teórica ou especulativa e a razão pura prática, remete para a distinção entre a ação por causalidade ou necessidade e, a ação por finalidade ou liberdade. Ambas as razões são universais porque são formas puras a priori do sujeito

transcendental e, por isso, independem de qualquer conteúdo que esteja fora do sujeito. Contudo, a razão pura teórica busca explicar os fenômenos do mundo desvendando suas causas constitutivas, por isso é uma razão que age por necessidade ou causalidade, enquanto a razão pura prática age por finalidade ou liberdade, estabelecendo as leis morais por meio das quais se alcançará o sumo bem que é o fim último da razão, constituindo o primado da razão pura prática sobre a razão pura teórica.

Na *Crítica da Razão Pura Prática*, (218-219), Kant afirma o primado da razão prática sobre a razão teórica, esclarecendo que a razão pura especulativa possui um interesse prático como ele afirma:

Portanto, na vinculação da razão especulativa pura com a razão prática pura em vista de um conhecimento, a última toma o primado, pressupondo-se que essa vinculação não seja porventura contingente e arbitrária, mas fundada a priori sobre a própria razão, por conseguinte seja necessária. Pois sem esta subordinação surgiria um desacordo da razão com ela mesma; porque, se elas fossem meramente agregadas (coordenadas) uma à outra, a primeira fechar-se-ia estritamente em seus limites então assumiria nada da última em seu domínio, mas esta, contudo, estenderia seus limites sobre todas as coisas e, sempre que sua carência o reclamasse, procuraria compreender aquela dentro dos seus limites. Porém não se pode de modo algum exigir da razão prática pura estar subordinada à razão especulativa e, pois, inverter a ordem, porque todo o interesse é por fim prático e mesmo o interesse da razão especulativa é somente condicionado e unicamente no uso prático é completo. (KANT, 2011, p. 197).

Assim, não temos duas razões atuando separadamente, mas uma única razão desempenhando funções distintas com um propósito comum que estabelece uma coordenação entre ambas na direção de um mesmo fim em torno do qual se estabelece o vínculo entre as funções teórica e prática da razão, como afirma Kant:

... eu exijo, para que a *Crítica* de uma razão pura prática possa ser acabada, que se possa demonstrar simultaneamente a sua unidade com a razão especulativa num princípio comum; pois no fim de contas trata-se de uma só e mesma razão, que só na aplicação se deve diferenciar. (KANT, 1984, p. 106)

Desse modo, a razão em Kant constitui um sistema teórico-prático, com primazia do prático sobre o teórico, uma vez que, toda ação visa um fim e todo fim é prático. Portanto, há uma unidade entre a razão pura teórica e a razão prática por meio de um princípio comum – o princípio supremo da moralidade – para o qual convergem as aplicações teórica e prática da razão que é uma só e mesma razão.

Como o uso correto da razão não se desenvolve naturalmente no homem, é preciso educa-lo, ensiná-lo, leva-lo a conhecer e a agir retamente.

Nesse sentido, Kant apresenta na obra *Sobre a Pedagogia* (1803), um projeto de formação para o homem, considerando que “o homem é a única criatura que precisa ser educada” (KANT, 1999, p.12), pois os demais animais são, por instinto, tudo aquilo que podem ser; mas, o homem não, ele precisa ser educado para transformar sua “animalidade em humanidade”. E, para isso, “o homem tem necessidade de sua própria razão” (KANT, 1999, p.12), pois suas disposições naturais para a humanidade não se desenvolvem por instinto. Nesse sentido, o homem precisa disciplinar-se para impedir que sua animalidade prejudique seu caráter humano; tornar-se culto, buscar instrução, conhecimentos; tornar-se prudente; ser moral, ser capaz de realizar o bem. Mais que tudo, é preciso aprender a pensar. (KANT, 1999, p.25 – 27).

Sobre a educação do homem moderno, Kant afirma: “Vivemos em uma época de disciplina, de cultura e de civilização, mas ela ainda não é a da verdadeira moralidade”. (KANT, 1999, p.28). Essa afirmação lembra que Kant estabelece uma diferença entre esclarecimento [*Aufklärung*] e ser esclarecido [*Aufklärer*]: “Se for feita então a pergunta: vivemos agora em uma época esclarecida (*aufgeklärten*)? A resposta será: não, vivemos em uma época de esclarecimento (*Aufklärung*)”. (KANT, 1974, p. 112). Desse modo, Kant interroga: “De fato, como poderíamos tornar os homens felizes, se não os tornamos morais e sábios? Desse modo, a maldade não será diminuída”. (KANT, 1999, p.28).

Como Rousseau, Kant mostra que o intelectualismo desvinculado da moralidade não conduz à emancipação da humanidade. Por isso, é preciso educar intelectualmente e moralmente até que o homem esteja apto a se autogovernar, bastando-se a si mesmo.

No projeto educacional proposto por Kant, há a primazia da educação moral, prática, sobre a teórica, como ele afirma:

Na verdade, não basta que o homem seja capaz de toda sorte de fins; convém também que ele consiga a disposição de escolher apenas os bons fins. Bons são aqueles fins que são aprovados necessariamente por todos e que podem ser, ao mesmo tempo, fins de cada um. (KANT, 1999, p.26).

A *Aufklärung* é um projeto teleológico, cosmopolita, que busca a emancipação da humanidade por meio de seu esclarecimento intelectual e moral, como concebe Kant:

Deve-se orientar o jovem à humanidade no trato com os outros, aos sentimentos cosmopolitas. Em nossa alma há qualquer coisa que chamamos de interesse: 1. Por nós próprios; 2. Por aqueles que conosco cresceram; e, por fim, 3. Pelo bem universal. É preciso fazer os jovens conhecerem esse interesse para que eles possam por ele se animar. Eles devem alegrar-se pelo bem geral mesmo que não seja vantajoso para a pátria, ou para si mesmos. (KANT, 1999, p.106).

O projeto da *Aufklärung* é sobretudo um nobre ideal, um projeto moral, um dever ser, ainda que a humanidade não tenha conseguido realizá-lo, mas ele será sempre um projeto possível.

## CONCLUSÃO

O modo como Kant pensa a Ilustração, o Esclarecimento, a *Aufklärung*, é a Crítica. A Crítica é a *Aufklärung* e, a *Aufklärung* é a Crítica, a Crítica como teoria do conhecimento, como filosofia moral. Mas, a *Aufklärung* não se restringe à unidade desses dois momentos da Crítica, o intelectual e o moral, produzidos pela razão no exercício de suas funções teórica e prática, ela pode ser pensada como um processo contínuo de emancipação da razão, como uma atitude, como um modo de relação com o presente.

Nesse sentido, a *Aufklärung* não é apenas um período que ficou na história da humanidade como a alma da modernidade, mas é sobretudo um modo de ser, de sentir, de pensar, de agir na atualidade, um modo esclarecido teórica e praticamente, um modo consciente, livre e autônomo, um *ethos*.

Assim, a *Aufklärung* é extemporânea, não ficou no tempo, mas é sempre presente como uma possibilidade que pode se dar a qualquer momento, aberta a todos, desde que tenham a coragem de fazer uso de seu próprio entendimento, sem a direção de outrem, recorrendo apenas à sua liberdade.

Portanto, a *Aufklärung* é atual e será sempre, como a possibilidade que a humanidade tem em si mesma de esclarecer-se intelectual e moralmente pelo exercício teórico e prático de sua Razão.

Assim, para que a *Aufklärung* se realize, são igualmente necessários o esclarecimento intelectual, o conhecimento das coisas do mundo, dos fenômenos e, o esclarecimento moral, o uso correto da razão, em sua unidade racional, na conformidade com o bem universal.

Por isso, a razão teórica deve estar sempre subordinada à razão prática para realizar o Esclarecimento, a *Aufklärung*.

Nesse sentido, não há *Aufklärung* se o esclarecimento intelectual, o conhecimento acerca das coisas não estiver subordinado ao esclarecimento moral, a uma conduta eticamente correta, voltada para a promoção do Bem.

Por isso, não basta saber, conhecer, ter ciência, é preciso desenvolver a capacidade de agir em conformidade com o saber, tornando-se consciente e libertando-se da ignorância, do

desconhecimento, tornando-se capaz de escolha, capaz de discernir o certo e o errado, fazendo um uso correto da razão.

A *Aufklärung* é um projeto completo de emancipação humana, pois compreende um projeto teórico; um projeto prático; um projeto pedagógico, de formação, de educação do homem; um projeto antropológico, pois encerra uma compreensão de homem; um projeto político, pois implica num governo esclarecido e que governe para o esclarecimento; um projeto histórico, pois opera uma reflexão sobre o fazer do homem sobre si mesmo, constituindo sua história e, finalmente, um projeto teleológico, pois estabelece como fim o Esclarecimento da humanidade como condição de realização do bem universal.



## BIBLIOGRAFIA

### BIBLIOGRAFIA PRIMÁRIA

ADORNO, T. & HORKHEIMER, M. Dialética do Esclarecimento. Rio de Janeiro: Zahar Editor, 1985.

BRÉHIER, E. História da Filosofia. São Paulo: Mestre Jou, 1977.

CASSIRER, E. Ensaio sobre o homem: introdução a uma filosofia da cultura. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

\_\_\_\_\_. A Filosofia do Iluminismo. Campinas, SP. Editora da Unicamp, 1994.

\_\_\_\_\_. Kant, vida y doctrina. México: Fondo de Cultura Económica, 1993.

FOUCAULT, Michel. Ditos e Escritos. O que são as luzes? 1984.

HABERMAS, J. O discurso filosófico da modernidade. São Paulo: Martins Fontes, 2000

HEGEL. Les Écrits de Hamann. Trad. De Jacques Colette, Paris, Aubier Montaigne.

\_\_\_\_\_. Fenomenologia do Espírito. 9ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes: Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2014

HUME, David. Investigação sobre o entendimento humano; Ensaio morais, políticos e literários. 3 ed. São Paulo: abril cultural, 1984.

KANT, Immanuel. Textos Pré-Críticos. Porto: RÉS-Editora. 1983.

\_\_\_\_\_. Crítica da faculdade de julgar. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

\_\_\_\_\_. Crítica da razão pura. São Paulo: abril cultural, 1983.

\_\_\_\_\_. Crítica da razão prática. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2011.

\_\_\_\_\_. Prolegômenos. São Paulo: abril cultural, 1984.

\_\_\_\_\_. Fundamentação da metafísica dos costumes. São Paulo: abril cultural, 1974.

\_\_\_\_\_. Textos Seletos. Petrópolis. Editora Vozes, 1974.

\_\_\_\_\_. Sobre a Pedagogia. Piracicaba, Editora UNIMEP, 1999

LOCKE, John. Carta acerca da tolerância; segundo tratado sobre o governo; Ensaio acerca do entendimento humano. 3 ed. São Paulo: abril cultural, 1983.

MARIAS, J. História da Filosofia. 6ª Edição, Porto, 1982, Edições Sousa & Almeida limitada.

MORA, J. F. Dicionário de Filosofia. Dom Quixote. Lisboa. 1982.

MONTESQUIEU, C. L de S. Do espírito das leis. 3 ed. São Paulo: abril cultural, 1985.

NEWTON, S. I. Princípios matemáticos; Óptica; O peso e o equilíbrio dos fluídos. 2 ed. São Paulo: abril cultural, 1983

NUNES, B. (organizador). A crise do pensamento. Belém: UFPA, 1994

ROUSSEAU, J-J. Do contrato social; Discurso sobre as ciências e as artes; Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens; Discurso sobre as ciências e as artes: abril cultural, 1983.

TORRES FILHO, R. R. Ensaios de Filosofia Ilustrada. São Paulo. Editora Brasiliense, 1987

VOLTAIRE, F. M. A. de. Cartas inglesas; Tratado de metafísica; Dicionário filosófico, O filósofo ignorante. 3 ed. São Paulo: abril cultural, 1984.

## **BIBLIOGRAFIA SECUNDÁRIA**

LEBRUN, G. Sobre Kant. São Paulo: Iluminuras, 1993

LOPARIC, Z. As duas metafísicas de Kant. Kant e-Prints – Vol.2, n.5, 2003

MARQUES, V. S. Razão e progresso na filosofia de Kant. Forum de ideias, Lisboa, 1998.

MEIRELLES, A de F. Crítica e história em Kant. Campinas, SP, 2009.

MENEZES, E. História e esperança em Kant. São Cristóvão, SE: Editora UFS, Fundação Oviêdo Teixeira, 2000

MOURA, C. A. R. de. Racionalidade e crise. São Paulo: Editora da UFPR, 2001

MORENT, M. G. Fundamentos de filosofia. Editora Mestre Jou. São Paulo, 1970

STÖRIG, H. J. História geral da filosofia. 2ª. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009